

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAVENA ARAUJO PAIVA

**(Des)envolvimento em questão: os descaminhos, discursos e práticas na
implementação da Termelétrica Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes-MA**

Porto Alegre

2018

RAVENA ARAUJO PAIVA

**(Des)envolvimento em questão: os descaminhos, discursos e práticas na
implementação da Termelétrica Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Porto Alegre

CIP - Catalogação na Publicação

Paiva, Ravana Araujo
(Des)envolvimento em questão: os descaminhos,
discursos e práticas na implementação da Termelétrica
Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes-MA / Ravana Araujo
Paiva. -- 2018.
100 f.
Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Projetos de desenvolvimento. 2. comunidades
tradicionais . 3. conflitos socioambientais . I.
Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo, orient. II.
Titulo.

RAVENA ARAUJO PAIVA

**(Des)envolvimento em questão: os descaminhos, discursos e práticas na
implementação da Termelétrica Parnaíba em Santo Antônio dos Lopes-MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
(Orientador)

Prof^a. Dr^a Lorena Cândido Fleury
(UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Vanessa Marx
(UFRGS)

Prof. Dr. Felipe Vargas
(UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é só uma parte de um processo maior de encontros, desencontros, alegrias, dores, dificuldades e entendimentos que começaram em novembro de 2015 quando da minha aprovação no Mestrado em Sociologia da UFRGS. Um sonho que se realizou muito aquém das minhas expectativas, me fazendo duvidar inúmeras vezes se deveria estar aqui. Permanecer ocupando esse lugar foi uma das tarefas mais difíceis que já enfrentei na vida, dividida entre construir conhecimento e não sucumbir as dificuldades numa cidade que parecia me engolir. Toda minha caminhada até aqui só foi possível pela ajuda de muitas mãos que foram tecendo uma rede de afetos que me fortalece e anima, registro aqui meus profundos agradecimentos a pessoas e instituições completamente fundamentais nesse processo.

À minha família, meu pai, minha mãe, minhas irmãs e irmãos e meus sobrinhos amados por estarem comigo mesmo na distância, por compreenderem minhas ausências, pelo amor que me alimenta e me faz seguir. Toda a minha luta é por vocês.

A Alison Lucas pelo companheirismo, por ter me encontrado naquele saguão do aeroporto de Porto Alegre em abril de 2016 e tantas outras vezes, me fazendo lembrar da força que as vezes eu esquecia que tinha. Obrigada pelo amor com o qual sempre me incentiva a voar e me acolhe, com uma serenidade que se assemelha aos fins de tarde em tons de vermelho na orla do Guaíba fazendo nos lembrar que a vida é maior e mais bonita que qualquer dificuldade e que a gente sempre merece ser feliz. Sem você esse momento de conclusão não seria possível. Te amo.

A Agnes e Maria Flor por abrirem a casa e o coração para me receberem em Porto Alegre sem nem ao menos me conhecer e por seguirem me fortalecendo com esse exemplo lindo de luta e generosidade.

A Amanda Gomes por me ensinar que não importa a luta que eu esteja enfrentando, eu não preciso fazer isso sozinha. Obrigada pelas inúmeras ajudas para minha manutenção em Porto Alegre, e pelo amor que me fez seguir tantas vezes. Toda minha gratidão.

A Edson Sousa, amigo querido que me mandava mensagem diárias de preocupação com meu bem-estar no percurso do mestrado, obrigada por não ter medido esforços para me ver bem.

A todos os amigos e amigas do Maranhão que além do afeto que alimenta a alma, se mobilizavam de toda forma para eu não precisar voltar para o Maranhão antes do previsto em função das dificuldades de viver sem recursos tão longe de casa. À Savio Rodrigues, Horácio Antunes, Ana Cleuma Miranda, Thayla Carneiro, Mayanee Sousa, Cássia Costa toda minha gratidão.

Aos amigos de Porto Alegre pelas hospedagens solidárias, pelos abraços, conversas, cevas e trocas que aquecem meu coração. Agora existe uma conexão Sul-Maranhão que torna esses lugares cheios de sentidos para nós. Obrigada por tanto.

A Bianca Faller, Mariana Garcia e Dieni Rodrigues por serem as melhores amigas que Porto alegre poderia ter me dado. Cada uma à sua maneira me ensina sobre resistência e liberdade. Eu sei voar, mas muito obrigada por me lembrarem que tenho asas.

Agradeço ao meu orientador Guilherme Radomsky pelo acompanhamento nesses dois anos de trabalho e por compreender minhas ausências e dificuldades.

Estendo o meu agradecimento ao corpo docente da UFRGS pela contribuição no meu processo formativo, em especial ao professor José Carlos dos Anjos que num misto de revolução epistêmica e generosidade me proporcionou por meio de suas aulas instigantes tomadas de fôlego no ambiente as vezes árido da sociologia.

A querida professora Lorena Fleury pela generosidade com a qual me recebeu desde o início. Obrigada pela leitura atenta e contribuição ao meu trabalho desde a banca de qualificação e agora por aceitar novamente participar da minha banca de defesa. Você é inspiração.

Um agradecimento muito especial a FAPEMA pela bolsa de pesquisa que tornou possível a conclusão do Mestrado. Aproveito para parabenizar a instituição pela iniciativa de disponibilizar recursos para que estudantes do estado tenha condições de fazer pós-graduação fora. Muito obrigada!

Gostaria de agradecer especialmente aos homens e mulheres de fibra, moradores das comunidades rurais que visitei durante meu percurso no Mestrado. Lembro-me com carinho de cada conversa embaixo de uma árvore, numa roda de quebra de coco, nos terreiros de suas casas. Tantas vezes a ida a essas comunidades representaram pra mim uma tomada de fôlego e sentido para não sucumbir à esterilidade das discussões acadêmicas que, muitas vezes se fecham na sala de aula. Especialmente, aos moradores da comunidade Demanda, por me receberem em suas casas e confiarem em dividir comigo suas angustias e sonhos, mesmo em tempos de

conflito. A vocês que resistem cotidianamente a inúmeras opressões, obrigada por me ensinarem, sobretudo, o amor à rebeldia.

“O liberalismo econômico te chega amigo, pede o trabalho em casamento, muda o próprio nome pra desenvolvimentismo, promete o mesmo céu pro opressor e oprimido, troca aliança contigo, caminha do teu lado, aprende tua linguagem, copia teu método, descobre teu ponto fraco, põe o povo na rua, torna-te impopular, rouba a tua bandeira, levanta os pés contra ti, bofeteia-te a cara, joga-te ao chão, criminaliza-te, invade tua casa, enxota a democracia, senta-se na tua cadeira, proclama o Estado fraco para o oprimido e forte para o opressor e, após esse golpe (quase) perfeito, vai à TV, te estende a mão criminosa e propõe o consenso de classe. E agora, classe trabalhadora? Tu choras a Casa Grande pelo farelo perdido ou forjas o pão inteiro, parido das novas senzalas?”

(Antônio Claret Fernandes)

“O que é o progresso e o desenvolvimento depois que acabar o último casal de camponeses que lhe servia de referencial de atraso a ser superado?”

(Carlos Walter Porto Gonçalves)

RESUMO

Este estudo apresenta resultados de pesquisa sobre como se configuram efeitos da dominação encetados pelas ações da empresa MPX/ENEVA no processo de instalação da Termelétrica Parnaíba localizada entre os municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, estado do Maranhão, bem como as estratégias utilizadas para que o projeto se efetive. Os efeitos de dominação ocorrem especialmente com moradores de uma comunidade tradicional denominada Demanda e que se localizava apenas a cerca de um quilometro e meio do empreendimento. A instalação da UTE forjou um contexto de expropriação e indefinição social para aqueles sujeitos que passaram a ter suas vidas e destinos orquestrados pelas matrizes técnicas da empresa. Demanda é a localidade mais próxima à termelétrica e principal área a sofrer os impactos socioambientais decorrentes da instalação do empreendimento em questão, culminando inclusive no seu deslocamento. O trabalho analisa a dinâmica que caracterizou o processo de atuação da empresa junto às famílias moradoras daquela localidade, evidenciando que na forma como são conduzidos os projetos de desenvolvimento há estratégias que constroem um cenário de administração dos direitos dos povos tradicionais para que a efetivação dos projetos ocorra. Embora o processo de construção destes apareça com uma aura democrática e participativa, o que se observa é a configuração de espaços onde há relações de poder altamente hierarquizados.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Dominação. Comunidades tradicionais. Megaprojetos.

ABSTRACT

This dissertation presents the research results about how the MPX/ENEVA company actions are configured in the installation of the Thermoelectric Parnaíba located between Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, state of Maranhão, as well as the strategies used to make the project effective. The effects of domination occur especially with the residents of a traditional community called Demanda, located about 1,5 kilometer of the venture. The installation of UTE produced a context of expropriation and social issues for those who had their lives and destinies orchestrated by the companies techniques. Demanda is the closest community to the thermoelectric and the main area to suffer with the social and environmental impacts resulting from the installation of the project in question, culminating even in its displacement. The dissertation analyzes the dynamics that characterized the process of the company acting with the families living in that locality. It shows that in the way the development projects are conducted there are strategies that build a scenario of "administration of rights" of the traditional peoples so that the realization of the projects occur. Although the process of their construction appears with a participatory and democratic aura, what is observed is the configuration of spaces where there are highly hierarchical power relations.

Keywords: Development. Domination. Traditional communities. Megaprojects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de exploração dos blocos exploratórios da OGX na Bacia do Parnaíba	23
Figura 2 - Mapa da configuração espacial da área de influência do empreendimento... 41	
Figura 3 - Mapa de Demanda, configuração da década de 1970.....	45
Figura 4 - Termo de Adesão com os critérios para inserção no cadastramento para o reassentamento.....	85
Figura 5 - Placa na BR 135 indicando a localização da comunidade Demanda	88
Figura 6 - Vista aérea de parte da comunidade Nova Demanda	89
Figura 7 - Portão instalado na entrada da comunidade Demanda	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação da quantidade de moradores da comunidade Demanda por faixa etária	46
Tabela 2 - Atualização do cadastro das famílias pelo empreendedor.....	83

LISTA DE SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis
ASSEMA- Associação em áreas de assentamento do estado do Maranhão
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEVA – Energia Nova
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP – Inquérito Civil Público
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LI- Licença de Instalação
LO -Licença de Operação
LP- Licença Prévia
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MPE – Ministério Público Estadual
MPF – Ministério Público Federal
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos’
STTR- Sindicato dos trabalhadores rurais
UTE- Usina Termelétrica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MÉDIO MEARIM MARANHENSE: DO “RASTILHO DA PÓLVORA” À RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO	20
2.1 A região do Médio Mearim e seu histórico de conflitos	24
2.2 A UTE Parnaíba e a retórica do desenvolvimento	28
2.3 Desenvolvimento e teoria social: algumas reflexões.....	31
3 DEMANDA NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO: A TERMELÉTRICA PARNAÍBA E OS EFEITOS DA DOMINAÇÃO	38
3.1 Caracterização territorial da comunidade Demanda.....	41
3.2 Território e organização econômica de Demanda	44
3.3 A chegada da UTE PARNAÍBA e o discurso da boa vizinhança	51
4. NO TEMPO DO GÁS: SOBRE OS EFEITOS E MUDANÇAS COM A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	57
4.1 Deixar de dizer “não pode”: licenciamento ambiental em perspectiva	58
4.2 Extinção do babaçu e interdição dos caminhos tradicionais	68
4.3 Não pode casar, não pode plantar, não pode colher.	71
5 DE POSSEIROS A BENEFICIÁRIOS: NOVA DEMANDA E O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO	76
5.1 Nova Demanda	87
5.2 A supressão das fontes de trabalho e a condição de beneficiário	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	100

1 INTRODUÇÃO

Até o ano de 2014, último ano da minha graduação em Ciências Humanas, havia um investimento de tempo e esforço para o estudo sobre os conflitos agrários ocorridos na década de 1980 no estado do Maranhão e mais especificamente na região do Médio Mearim maranhense. O interesse por essa temática se explica pela minha vivência enquanto filha de agricultores e de uma comunidade que passou por esse tortuoso processo de conquista da terra e que possui na base da sua formação a memória da luta dos que tombaram para fazer valer o direito a um pedaço de chão.

Muitos dos territórios localizados na região do Médio Mearim maranhense foram conquistados na *marra*, pois a lei comumente chegava após acontecimentos que envolviam intensa violência e corpos alvejados. O contexto dos conflitos agrários cria também espaços de sociabilidade e empoderamento coletivo, muitas organizações de trabalhadores rurais surge nesse período.

Ao passo que ia lendo a respeito do *tempo dos conflitos* e principalmente ia conversando com pessoas que vivenciaram aquele contexto de enfrentamentos e expropriações, surgia comentários a respeito de empresas que estavam fazendo pesquisas com o intuito de encontrarem locais com incidência de gás e petróleo e de como, a partir disso, poderia se gestar um novo momento de dominação e consequente expropriação dos territórios tradicionais da região. Medo que foi intensificado pelo início da instalação da Termelétrica Parnaíba (UTE) no município de Santo Antônio dos Lopes, no início de 2011.

No início de 2014, já com a UTE em pleno funcionamento, viajei para Santo Antônio dos Lopes e na oportunidade visitei a comunidade Demanda que naquele momento já era “conhecida” em outros lugares na região por ser a mais próxima da área de instalação da UTE Parnaíba e por isso ser a que mais vinha sofrendo com os efeitos nocivos trazidos pelo projeto.

Como desconhecia as comunidades que estão na área de influência do projeto, tive que buscar informações junto a pessoas que moram próximas aquele município. Depois de várias tentativas, consegui o contato de um rapaz que trabalhava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Capinzal do Norte, que me acompanhou até a comunidade.

A comunidade ficava a cerca de 6 quilômetros da BR 135 e para chegarmos era necessário pegar uma estrada de chão. Logo de início era possível ver algumas

casas, a comunidade era “dividida em duas partes”: uma mais próxima a BR com cerca de seis casas e outra um pouco mais distante onde se localizava o restante das moradias. No percurso havia muitas palmeiras de babaçu e a certa altura do caminho havia também um igarapé. Embora com algumas ruas, a maioria das casas de Demanda se localizavam em torno de um grande campo (que aos finais de semana era também de futebol) formando um círculo que tornava possível a partir de um terreiro visualizar as demais casas. Dentro desse mesmo círculo estavam a igreja e a escola de educação infantil da comunidade e existia ainda um poço onde basicamente toda a comunidade buscava água. Ao amanhecer era possível ver as mulheres saindo das casas e formando uma grande fila para abastecer seus baldes que vinham vazios na mão e voltavam cheios na cabeça. Era possível ver também que ainda pela manhã os carros da empresa iam até o campo e voltavam para a sede da UTE, num movimento diário atípico para a comunidade e que se assemelhava a um ritual de vigília, já que o escritório da empresa ficava a cerca de dois quilômetros.

Quando cheguei à comunidade Demanda, na tarde do dia 14 de Junho de 2014, tudo ali se apresentou pior do que minha imaginação supunha.

Encontrei mais de 50 famílias “paradas” no tempo, no tempo do (des)envolvimento. A comunidade Demanda localiza-se a cerca de 12km do município de Santo Antônio dos Lopes e a apenas 1,5km da Termelétrica. O estudo de impacto ambiental havia recomendado o reassentamento dos moradores, com a eminência dessa possibilidade e pela poluição causada pelo gás as famílias não estavam mais produzindo, a área onde foi construída a sede da empresa devastou o maior babaçual da comunidade, então as quebradeiras também deixaram de realizar a quebra.

Toda a comunidade era invadida por um barulho ininterrupto oriundo das turbinas de extração de gás, mas nada se comparava ao fato de terem que respirar um gás forte diariamente. Por duas vezes, durante os quatro dias que passei lá, me senti mal em função do cheiro forte que inalava.

A partir daquele encontro, a complexidade que envolvem esse tipo de projeto, a inter-relação com um histórico de dominação sucessiva dos povos da Amazônia, bem como o fato daquele empreendimento se localizar num território que possui uma trajetória de enfrentamentos, expropriações e violências foram me absorvendo e comecei a pesquisar essa nova realidade social criado pela implantação da UTE Parnaíba.

A Amazônia segue historicamente sendo alvo de projetos de dominação e apropriação das suas riquezas naturais, dos seus saberes e dos povos que a compõem capitaneadas, sobretudo nas últimas décadas, por projetos de desenvolvimento. Como expressão desse cenário temos, atualmente a construção da Termelétrica Parnaíba (UTE) no município de Santo Antônio dos Lopes, com incidência também em Capinzal do Norte, município próximo, ambos localizados na região do Médio Mearim, estado do Maranhão. Boa parte dos municípios que compõem esta região estão localizados na Amazônia Legal Brasileira, como os dois citados.

A construção desse projeto - que nas falas de várias pessoas tem sido referido como gerador de desenvolvimento- ocorre num território que possui um histórico de lutas e enfrentamentos. A região do Médio Mearim na década de 1980 passou por muitos e intensos conflitos fundiários, ocasionando a morte de trabalhadores, inclusive. Nesse processo as estratégias de dominação impulsionados pelo projeto de expansão da agropecuária iam desde ameaças, passando pela destruição das casas, até o assassinato o sequestro e assassinato de trabalhadores rurais. Com a chegada da UTE Parnaíba muitas comunidades vêm modificando seus modos de produção e reprodução social, bem como entraram num processo de iminente “perda” de seus territórios. O chão comum desses dois processos, um anterior e outro atual, nos leva a pensar sobre como se constrói atualmente as estratégias de dominação para apropriação dos territórios tradicionais dessa região capitaneada pelo projeto de desenvolvimento em análise.

As inquietações que nortearam a proposta do presente trabalho de pesquisa se relacionam diretamente com o contexto sócio-histórico no qual está a região do Médio Mearim maranhense, citado anteriormente. Esta região passou por um processo intenso de conflitos agrários na década de oitenta do século passado, sendo boa parte dos seus territórios rurais, sobretudo os assentamentos, oriundos desses enfrentamentos. Nesse cenário conflitivo estavam de um lado os trabalhadores rurais e quebradeiras de coco babaçu e do outro latifundiários apoiados por alguns órgãos do Estado, a exemplo da polícia militar. De início tinha-se como objeto de análise desta dissertação as mudanças nas formas de dominação entre os anos 1980 e o atual projeto que se instalou na região, porém, para tal, seria preciso construir uma dimensão temporal que deveria dar conta de uma constante comparação entre os dois períodos, o que não se apresentou como interessante para a consecução do trabalho. Mesmo assim, é preciso frisar que o contexto de lutas e de dominação anterior não será desconsiderado, pois ele é fundamental para a compreensão da configuração territorial e política da região onde

está inserido o empreendimento. A questão que se coloca agora é tentar compreender como se efetivam as estratégias de dominação a partir da análise das ações de mitigação e responsabilidade social da empresa ENEVA responsável pela implantação do empreendimento, incidindo na discussão sobre administração dos direitos das comunidades tradicionais.

Para a construção deste trabalho, compreensão do problema de pesquisa, coleta dos dados e análise teórica dos mesmos, estão sendo mobilizados conceitos que contemplem os três grandes aspectos da pesquisa, quais sejam: a discussão sobre desenvolvimento, as estratégias de dominação inscritas no contexto em análise e os direitos das comunidades tradicionais.

A hipótese central desta pesquisa sugere que na forma como são conduzidos os projetos de desenvolvimento há estratégias de dominação que constroem um cenário de administração dos direitos dos povos tradicionais para que a efetivação dos projetos ocorram e embora o processo de construção destes se revertam de uma aura democrática e participativa, o que se observa é a configuração de espaços onde há relações de poder altamente hierarquizados.

O objetivo está, assim, em compreender como se configuram as formas de dominação desde a implementação do empreendimento e que estratégias são organizadas para que o projeto ocorra.

A presente pesquisa perpassa pela compreensão do desenvolvimento como um campo de poder, como assinalado por Gustavo Lins Ribeiro (2008). Para este autor o campo do desenvolvimento é constituído por atores que representam as populações locais; empresários; representantes do governo e etc. Dentro desse campo há diferentes capacidades de poder, interesses e capitais.

Esse desequilíbrio de poder dentro do campo pode ser evidenciado nas negociações e debates públicos para a implementação desses projetos, onde o conhecimento científico, o domínio da técnica acaba por se impor nesses espaços, inviabilizando as diretrizes participativas previstas no processo de licenciamento ambiental, por exemplo. O discurso da inevitabilidade do desenvolvimento, que também é composto pela classificação e normatização do outro corrobora ainda para o silenciamento dos atingidos.

Deste modo, o conceito de dominação, trabalhado por sociólogos como Max Weber e Pierre Bourdieu, é referência. Conexa a esta matriz conceitual, o trabalho procurará mostrar as relações de poder perpassam as formas de classificação das

comunidades, a legitimidade desta classificação e as modalidades de saber legítimo amparadas pela ciência.

A pesquisa de campo foi realizada com moradores da Comunidade Demanda, próxima ao empreendimento, e militantes de movimentos sociais da região que participaram das audiências públicas e de outras reuniões com as comunidades mais impactadas em função da proximidade com o empreendimento. O acesso ao campo foi razoavelmente tranquilo, tendo em vista que já havia visitado em outra oportunidade a comunidade e de ter boas relações com os movimentos sociais da região, em alguns também já fui militante. Realizei entrevistas e vivenciei o cotidiano da comunidade de forma etnográfica com atenção a falas, gestos, acontecimentos. Muitas informações relevantes só tive acesso em situações fora do lugar da entrevista, em conversas nas calçadas das casas, enquanto acompanhava algum morador à sua horta, durante o café das quatro da tarde ou quando alguma das mulheres me acompanhava para eu pegar um carro de volta pra casa.

A escolha pela comunidade Demanda se deu pelo fato desta ter sido a mais impactada pela instalação da Termoelétrica Parnaíba. Está é a comunidade mais próxima do empreendimento e foi a única que passou pelo processo de deslocamento compulsório, até o momento.

Fui à campo duas vezes, após a entrada no Mestrado, uma em Junho de 2017 e outra em Setembro do mesmo ano. Em função da distância da mesma para o município mais próximo, nas duas oportunidades me hospedei na casa de uma família local. O primeiro contato foi mais difícil em decorrência da família questionar se eu estava ali à serviço da empresa e assim apresentarem uma resistência a me receberem inicialmente. Esse posicionamento é completamente aceitável tendo em vista que a relação da comunidade Demanda com a empresa Eneva tem se tornado cada vez mais difícil pelo constante descumprimento por parte da empresa de acordos e obrigações junto aos moradores locais. Afinal, como nos ensina José de Souza Martins na situação de conflito todo estranho é um inimigo. Essa situação de estranheza e certa rejeição foi superada quando me apresentei enquanto pesquisadora e que meu objetivo era tentar compreender o processo pelo qual estavam passando, qual seja a situação criada com a chegada da UTE Parnaíba.

Ter escolhido me hospedar na comunidade ajudou em duas questões: primeiro conseguir minimamente viver o cotidiano junto às famílias e segundo por me relacionar e ser apresentada aos demais por membros conhecidos da comunidade, diminuindo

assim o campo de ambiguidades que a minha presença naqueles espaços poderia gerar. Além, disso muitas das pessoas que entrevistei foram indicação da família que me hospedou, de forma direta ou por comentários aleatórios sobre determinadas situações.

A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de técnicas qualitativas de coleta e análise de dados, isso se justifica pelo o método qualitativo se concentrar mais nos processos que revelam como as pessoas lidam com os processos e compreendem os fatos e não com a frequência com que ocorre, por exemplo (FLICK, 2004). As entrevistas foram individuais e semiestruturadas, esse tipo de entrevista permite um diálogo entre pesquisador e interlocutor seguido por um roteiro, ela mantém a presença consciente e ativa do pesquisador no processo de coleta de dados (TRIVIÑOS, 1987). Obviamente, que no decorrer das conversas novas questões eram colocadas pela experiência vivida do interlocutor.

As dimensões apreendidas das entrevistas com os moradores da comunidade Demanda disseram respeito: ao processo de chegada da empresa na comunidade; incluindo o conteúdo das primeiras conversas, como se deram as audiências públicas para a construção do licenciamento ambiental do empreendimento; como viviam e produziam antes da instalação da UTE; o que mudou com a instalação; quais os trabalhos desenvolvidos pela empresa na comunidade (considerando a construção do relatório de Impacto Ambiental); quando começou a se discutir a necessidade de saída do território; o processo de negociação para a retirada dos moradores; quais os critérios para a escolha do novo local e da organização socioespacial no novo lugar; como se deu o processo de mudança de local; como está sendo a vida na atual localidade.

Acredita-se que a técnica escolhida contemple os objetivos do projeto, tendo em vista que a entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, com o objetivo de compreender de forma detalhada as crenças, atitudes, valores e motivações dos indivíduos em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (BAUER, 2002).

Foram realizadas 16 entrevistas com moradores da comunidade Demanda, uma com representante da Associação em Áreas de Assentamento do estado do Maranhão (ASSEMA) e uma com representante do Movimento Interestadual das quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Além disso consegui ter acesso a documentos, tais como: o Laudo Antropológico sobre impactos da Usina Termoelétrica Parnaíba para populações tradicionais solicitado pelo Ministério Público do estado do Maranhão; documentos

assinados pelos moradores no processo de deslocamento; ata de reunião de organizações e movimentos sociais da região em reunião sobre proposta da Eneva para que algumas destas organizações realizassem ações de responsabilidade social capitaneadas pela empresa; Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento, bem como reportagens na internet sobre o processo de instalação da Termoelétrica e conflitos com comunidades tradicionais ocasionados a partir disso.

Os capítulos aqui reunidos buscam analisar o processo de instalação da UTE Parnaíba, evidenciando as estratégias de dominação utilizadas pela empresa desde os contatos iniciais com o discurso que fazia referência ao estabelecimento de uma relação de vizinhança entre empresa e comunidade até o processo de deslocamento da comunidade Demanda.

No primeiro capítulo trago a discussão sobre o contexto histórico de luta pela terra da região do Médio Mearim, evidenciando esse processo como um momento anterior de apropriação dos territórios tradicionais e que apresenta estratégias específicas de dominação.

No segundo capítulo apresento a configuração social do universo de pesquisa antes da instalação da UTE, dada a importância de compreensão a configuração social anterior. Tento reconstituir alguns momentos importantes na história do grupo, buscando caracterizar a conformação espacial e territorial do lugar e as bases sociais de sua organização. Analiso ainda a chegada do empreendimento e busco apreender a relação inicial estabelecida entre as famílias de Demanda e a empresa, identificando algumas características da atuação da MPX/ENEVA e a conformação do discurso da boa vizinhança.

O terceiro capítulo trata do momento do início da instalação da UTE com a análise sobre o processo de licenciamento ambiental do empreendimento e suas dubiedades quanto a inserção e participação dos moradores da comunidade Demanda, bem como da imposição por parte da empresa de novos modos viver e criar dentro do território que estou chamando do *tempo do gás*.

O quarto e último capítulo se refere ao processo de deslocamento compulsório da comunidade Demanda, tentando evidenciar alguns aspectos da organização socioterritorial na nova área que criam um cenário de administração das práticas e saberes das famílias incidindo inclusive na conformação de novas identidades.

2 MÉDIO MEARIM MARANHENSE: DO “RASTILHO DA PÓLVORA” À RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

Com a implementação do período civil-militar no Brasil, a região amazônica começa a ser alvo de políticas de integração nacional que marcam uma forma diferente de apropriação dessa região que desde o início do processo de exploração colonial vem sendo invadida e ressignificada por europeus e seus descendentes. A política pensada para essa região durante a ditadura militar estava eivada de uma concepção modernizante que visava colonizar e desenvolver a Amazônia, considerada região com grande vazio demográfico e cultural (PORTO GONÇALVES, 2008) e que, por isso, deveria ser desenvolvida. Salvo modificações estruturais e políticas, a Amazônia segue sendo alvo de projetos de dominação e apropriação das suas riquezas naturais, dos seus saberes e dos povos que a compõem.

Segundo Porto Gonçalves (2005), o território amazônico passou por dois padrões de organização do seu espaço: “o padrão de organização rio–várzea–floresta e o padrão de organização estrada–terra-firme–subsolo” (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 79). Com vistas à inserção do território amazônico no mercado, diferentes sujeitos se utilizaram de estratégias específicas dentro de contextos históricos determinados para (des) envolver a Amazônia. Seja no período da exploração colonial europeia ou mesmo no contexto da ditadura civil-militar, essa região foi alvo de representações e políticas de sujeitos que se posicionam fora dela, física e simbolicamente. É interessante enfatizar que este processo vem se dando “em profunda articulação com os centros mais dinâmicos de construção do mundo moderno correspondendo a interesses neles gerados, à medida que historicamente alimentou esses centros de matérias-primas necessárias para sua dinamicidade” (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 2).

O primeiro padrão rio–várzea–floresta diz respeito à organização sociopolítica, cultural e econômica em torno dos rios, que nasce no período de colonização europeia e se estende por todo o ciclo de exploração da borracha. O segundo, cuja análise está mais em consonância com os objetivos de estudo desse trabalho, se instaura, sobretudo, com a implantação da ditadura militar no país e possui uma configuração bem específica com novos protagonistas e políticas.

Visando ocupar e integrar a Amazônia ao desenvolvimento nacional, o regime militar implementou uma série de medidas como a execução de obras de infraestrutura (estradas e hidrelétricas), a promoção e incentivo de deslocamento de trabalhadores rurais para projetos de colonização e, principalmente a implementação de incentivos fiscais para a instalação de grandes projetos privados voltados para agropecuária, mineração ou atividade madeireira, sendo que grande parte dos mesmos resultou em um processo violento de especulação imobiliária (SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 11).

No período ditatorial, percebe-se a construção de uma política diferente para a Amazônia, onde a presença do Estado se dará de forma bem mais incisiva. Delineia-se, nesses anos, uma verdadeira política de intervenção com recursos, programas e instrumentos burocráticos próprios, resvalando assim para um modelo de desenvolvimento pautado por grandes projetos.

Segundo Porto Gonçalves (2005), essa política de intervenção operacionalizou-se a partir de dois instrumentos básicos, quais sejam: o estímulo para atrair capital por meio de uma série de incentivos e isenções fiscais e uma ampla campanha para a colonização da Amazônia, objetivando superar o imenso “vazio demográfico” da região. As ações empreendidas dentro dessas duas frentes estiverem imbuídas de um discurso justificador que trazia no seu bojo a defesa do desenvolvimento para a promoção da soberania nacional.

Assim, a associação entre desenvolvimento, soberania e segurança nacional tornou-se chavão nos discursos que advogavam o projeto desenvolvimentista da região, o que fundamentava tal associação era

O espírito nacionalista que dispunha de uma forte base nos círculos militares. Na verdade, sua raiz deitava na identificação entre expansão capitalista e segurança interna e na correspondente assimilação conceitual entre contestação ao capitalismo e subversão política” (HÉBETTE, 2004, p. 32 *apud* PEREIRA, 2010, p. 21).

A construção desses projetos no território amazônico gerou e vem gerando inúmeros impactos ambientais, políticos, sociais, culturais, etc. A ambivalência entre desenvolvimento econômico e a questão ambiental, por exemplo, fez proliferar vários conflitos. A luta desencadeada no Acre por Chico Mendes e seus companheiros trouxe à tona uma outra concepção de defesa da natureza. Esta estava amplamente coadunada com as experiências de produção e reprodução dos grupos sociais que viviam naquela região. Além disso, o conjunto de iniciativas desenvolvimentistas decorrentes do planejamento oficial, bem como os projetos que envolvem a iniciativa privada continuam provocando inúmeros e profundos impactos socioambientais. O caso da

instalação da Hidrelétrica de Belo Monte no Pará e a conseqüente ameaça à reprodução social das comunidades indígenas afetadas por sua implantação evidencia os antagonismos e violência que perpassam essas iniciativas (FLEURY, 2013).

Como expressão desse cenário temos a construção da Termelétrica Parnaíba no município de Santo Antônio dos Lopes, com incidência também em Capinzal do Norte, município próximo, ambos localizados na região do Médio Mearim, estado do Maranhão. Boa parte dos municípios que compõem esta região estão localizados na Amazônia Legal Brasileira¹, como os dois citados anteriormente.

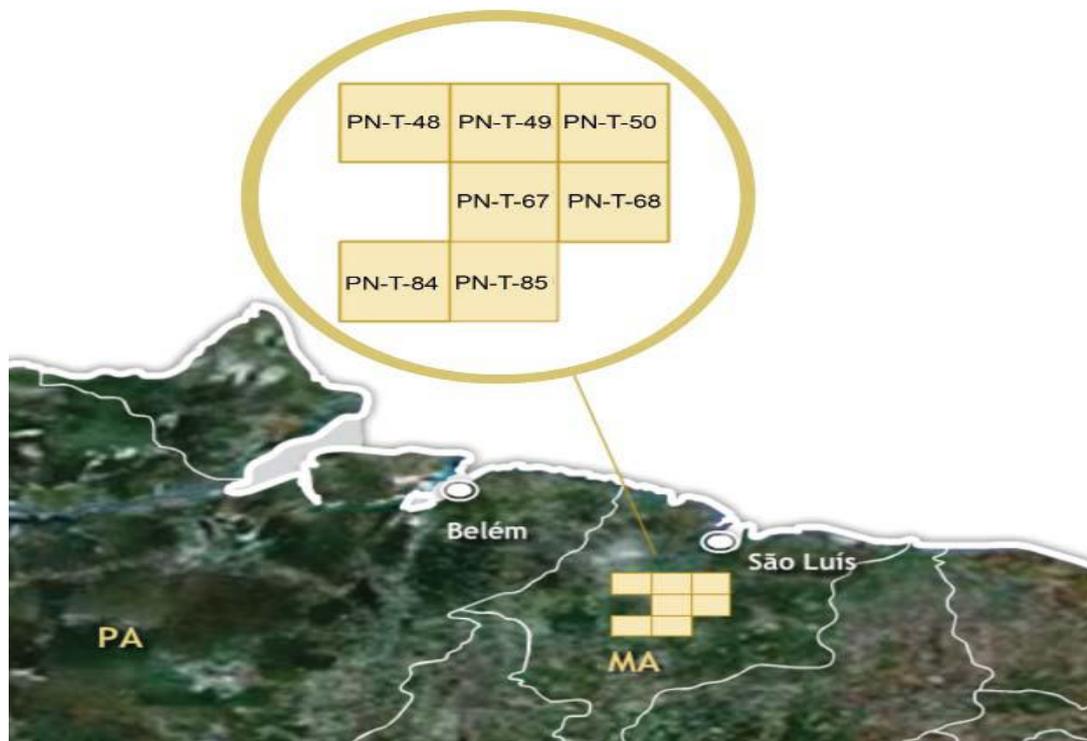
A região do Médio Mearim abrange uma área de 8.765,30 km² e é composto por 16 municípios: Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Lima Campos, Santo Antônio dos Lopes, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale. A população total do território é de 262.320 habitantes, dos quais 110.335 vivem na área rural, segundo dados encontrados no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A construção da termoelétrica Parnaíba vem modificando sobremaneira o cotidiano de inúmeras comunidades que se localizam próximas à obra, culminado inclusive no deslocamento de famílias de seus territórios. Os municípios de Santo dos Lopes e Capinzal do Norte estão situados na Bacia do Parnaíba. Esta é considerada uma “descoberta” em termos de áreas com incidência de gás. A OGX Maranhão Petróleo e Gás Ltda., em associação com a PETRA Energia S.A., possui o direito de exploração. A bacia corresponde aos Blocos PN-T-48, PN-T-49, PN-T-50, PN-T-67, PN-T-68, PN-T-84 e PNT-85 que correspondem aos municípios de Vitorino Freire, Bacabal, Peritoró/Alto Alegre do Maranhão, Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte/Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo e Presidente Dutra, respectivamente. O presente trabalho analisa os efeitos da exploração no bloco PN- T- 68, localizado nos municípios de Capinzal do Norte e Santo Antônio dos Lopes, como mencionado anteriormente, acerca de 285 quilômetros da capital São Luís. É interessante frisar que a exploração

¹ O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica, que historicamente compartilham os mesmos desafios econômicos, políticos e sociais. Baseados em análises estruturais e conjunturais, seus limites territoriais tem um viés sociopolítico e não geográfico, isto é, não são definidos pelo bioma Amazônia - que ocupa cerca de 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Disponível em: <http://www.oeko.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 29/08/2017.

dessa parcela da bacia do Parnaíba foi vendida para a empresa Eneva, antiga MPX, controlada atualmente pelo grupo alemão E.ON e para a Cambuhy Investimentos. A imagem abaixo demonstra como essa bacia está organizada.

Figura 1 - Mapa de exploração dos blocos exploratórios da OGX na Bacia do Parnaíba



Fonte: OGX, 2011.

Em 2009 foram realizados os primeiros levantamentos e estudos nas áreas classificadas como de influência direta e indireta do empreendimento, principalmente em Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Pedreiras.

O processo de licenciamento ambiental da UTE Parnaíba foi iniciado no ano de 2011 por meio da solicitação para as atividades de Produção, Escoamento e Tratamento do Gás junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA), pela empresa responsável por sua instalação. Para realização do trabalho foi contratada a empresa de consultoria ambiental AECOM. Após aprovado o licenciamento ambiental do empreendimento e o Plano Básico Ambiental apresentado, a empresa recebeu a Licença de Instalação (LI).

A exploração de gás na região iniciou em agosto de 2011 e segundo dados do empreendedor possui reserva total estimada em 112.773 milhões de m³, e a produção de gás estimada em 5,7 milhões de m³ por dia, contribuindo para a atração de

investimentos, disponibilizando energia para que indústrias se instalem na região (EIA/RIMA, 2011, p. 11). As empresas Duro Felguera⁴⁷ e Initec⁴⁸ foram selecionadas para a implantação da UTE Parnaíba.

Segundo informações disponibilizadas no site da empresa MPX/ENEVA, em janeiro de 2012 a MPX e OGX recebem Licença de Instalação para produção de gás no Maranhão. Nesse mês, a MPX recebe a primeira turbina para a usina termelétrica e, em fevereiro, MPX e OGX dão início à fase de construção da Unidade de Tratamento de Gás, tendo recebido o primeiro gerador da UTE Parnaíba. Em setembro a OGX obtém Licença de Operação para início da produção de gás.

Em 07 de novembro de 2013 é inaugurada a UTE com 845 MW de potência, com a presença de inúmeras autoridades locais, bem como de outras esferas: o então prefeito de Santo Antônio dos Lopes, Eunélio Macedo; a então governadora Roseana Sarney; o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; os senadores José Sarney e João Alberto e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti. Além destes, os representantes da empresa, como o presidente do Conselho de Administração da ENEVA, Jorgen Kildahl e o Diretor-Presidente, Eduardo Karre.

Atualmente, a Termoelétrica está em pleno funcionamento e têm se intensificado os efeitos nocivos da mesma sobre as comunidades próximas, segundo informações de moradores desses territórios. Como expressão desse processo encontra-se o deslocamento da comunidade Demanda, localizada a menos de 4 km do local onde está instalada o empreendimento.

Com a instalação da Usina Termoelétrica Parnaíba na região muitas comunidades vêm modificando seus modos de produção e reprodução social, bem como entraram num processo de iminente “perda” de seus territórios. Dentro do projeto de desenvolvimento existe uma lógica de dominação que passa por expedientes burocráticos, instaurando um “novo” modo de dominação dos territórios tradicionais localizados numa região que enfrentou outros mecanismos de expropriação/dominação num passado recente.

2.1 A região do Médio Mearim e seu histórico de conflitos

Grande parte das comunidades situadas na região do Médio Mearim maranhense foi fundada por migrantes oriundos do Ceará que no início do século XX estavam fugindo da seca que assolava aquele estado, bem como de comunidades negras oriundas

do fim da escravidão. Ao se estabelecerem em determinados lugares, esses grupos foram construindo casas e trabalhando na agricultura de base familiar, bem como vivendo da quebra do coco babaçu (ANTUNES, 2006). Os moradores dessas áreas afirmam que é a partir da década de 1980 que o cenário local começa a ser modificado com a chegada de pessoas reivindicando a posse da terra e que se diziam donos. Esse processo foi mediado por estratégias de dominação que iam desde a imposição do arrendamento da produção agrícola, até ameaças de morte.

Na verdade, a chegada dessas pessoas resultava dos incentivos estatais do governo do Maranhão para “modernizar a agricultura”. O objetivo era converter a produção de alimentos e babaçu em gado e monoculturas exportadoras. Nesse sentido, disponibilizava incentivos e crédito que atraíram para a região grupos capitalistas, assim como pequenos e médios fazendeiros do sul e centro-oeste do Brasil. É o denominado “movimento de fechamento (...) da fronteira agrícola do Maranhão e (...) o esgotamento do modelo de exploração e ocupação de terras nos moldes da frente de expansão camponesa” (Pessoa *et al*, 1996, p. 20).

Esse novo modelo agrícola, se assenta, segundo Antunes (2006) em três características básicas: 1) a formação de grandes propriedades por meio da distribuição pelo Estado de grandes extensões de terras devolutas, com a conseqüente expulsão dos seus ocupantes (posseiros e comunidades tradicionais); 2) a forte presença do Estado na concessão de incentivos fiscais e creditícios para a instalação de fazendas e 3) e a exploração da terra voltada para a agricultura de exportação e para a pecuária. Assim, passa-se, nesse período, de um modelo baseado no agroextrativismo para um modelo baseado na pecuária e *commodities* de exportação. Esse contexto cria novas condições de vida para os camponeses, pautada no controle do seu trabalho por grandes fazendeiros.

Com o cercamento dos babaçuais, as mulheres são submetidas à exploração do seu trabalho e para acessar o recuso natural passam a deixar metade do que produziam com os fazendeiros. Além disso, em função da falta de oportunidades econômicas criadas pelo novo contexto, seus companheiros passam a trabalhar nas atividades de desmatamento das palmeiras nas terras do fazendeiro, em troca de espaço para “colocar sua roça” (ANTUNES, 2006).

Nesse contexto foram se delineando estratégias de resistência dos moradores das comunidades, bem como os mecanismos de dominação dos grandes latifundiários,

configurando assim um modo de se fazer “reforma agrária” no estado do Maranhão, circunscrevendo também a atuação do Estado.

No Maranhão não houve o momento em que o estado, após identificar e preparar áreas, tenha ali alocado, fixado, assentado trabalhadores. Os assentamentos são, muito ao contrário, resultado da ação das próprias famílias de posseiros, pequenos arrendatários, foreiros, que, em muitos casos, lutaram para permanecer na terra tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1996, p. 48)

Na configuração desse modo de fazer “reforma agrária” estão imbricadas estratégias de dominação específicas, caracterizada no geral pelo uso da violência contra camponeses. Segundo Tavares dos Santos (2000, p. 1), “os conflitos pela posse e propriedade da terra, presentes em todas as regiões brasileiras, são marcados por inúmeros atos violentos, o que significa uma ação generalizada contra as formas de luta pela terra das populações rurais brasileiras”. Essa violência se expressava na região em estudo pela queima das casas nos locais de conflitos, pela prisão de trabalhadores, e pelo assassinato de lideranças locais. O relato de Maria Alaídes, quebradeira de coco babaçu e liderança política na região do Médio Mearim nos possibilita perceber em que termos se deu a conquista de territórios na década de 1980.

Na luta pela terra a gente ficava como testa de ferro, os homens escondidos e a polícia no meio. Todo dia a polícia no meio da rua com aquela caçamba blindada, com arma em punho. E aí era tiroteio todo dia. (..) Eu estou falando do durante de um acontecimento que não foi diferente de outros lugares, todos eles foram nesse rumo. No São Manuel derrubou casa, em Centro do Aguiar queimou casa, na comunidade Pau Santo matou idoso. Prenderam jovens, sequestrou trabalhador, tudo isso aconteceu.

O acirramento dos conflitos por terra no estado do Maranhão ocorre de 1980 a 1988. Segundo dados da CPT, nesse período, ocorreram 115 conflitos desse caráter no estado, que em decorrência disso mereceu em 1987 o título de campeão mundial de conflitos agrários (MARTINS, 1984) incidindo na ocorrência de 11 assassinatos em apenas um ano, além disso, casas e igrejas foram destruídas e trabalhadores presos. Tal cenário decorria da intensa concentração fundiária que permeava o estado do Maranhão e que foi incentivada e legitimada por mecanismos legais como a Lei 2.979 de 17/07/1969 comumente conhecida como Lei Sarney de Terras que fomentou a privatização de terras públicas e a expansão agropecuária (OLIVEIRA, 2007). Esta lei

incentivou a construção de um mercado formal de terras ao determinar que as terras devolutas ocupadas, em grande parte, por camponeses fossem vendidas. Conseqüentemente, deste então, como afirma Sant’Ana Junior (2007, p. 2) “processos brutais de concentração e/ou cercamento de terras, de deslocamento compulsório de trabalhadores rurais e camponeses, de restrição ao acesso a recursos naturais foram sendo implementados”.

[...] à luz das lutas sociais do período, os números de desapropriações, mesmo não abrangendo todas as situações críticas do conflito e tensão social, guardam certa correlação com as mobilizações camponesas pela terra no Maranhão, ou seja, as áreas desapropriadas serão aquelas previamente ocupadas por segmentos camponeses, vindo a ação estatal de desapropriação a posteriori, no ‘rastilho da pólvora’ (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1996, p.39-40).

Uma outra característica do período de expansão do latifúndio, direcionado pelo governo do estado do Maranhão na década de 1980, é o fato de ter ocorrido numa cena política em que os direitos socioambientais de muitas comunidades tradicionais não eram reconhecidos. Acrescenta-se a essa questão, o fato de que muitos direitos hoje acionados pelas comunidades, na época, não eram preconizados na lei, tendo em vista que só com a Constituição de 1988 foi trazida a percepção da diversidade cultural e do pluralismo jurídico (ALMEIDA, 2008).

Os conflitos por terra na década de 1980 configuraram novos espaços internos e externos às comunidades envolvidas. Nesse momento, a partir dos enfrentamentos feitos e, conseqüentemente, da união de comunidades antes atomizadas, foram se construindo identidades coletivas que, sobretudo, a partir do início dos anos 1990, no período do pós-conflito, constituíram movimentos sociais. Como expressão desse processo, podemos citar o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Associação em Áreas de Assentamento do estado do Maranhão (ASSEMA) e a Associação de Mulheres Trabalhadores Rurais (AMTR).

Pelo que foi exposto anteriormente, nota-se que no período dos conflitos agrários na região do Médio Mearim maranhense havia um *modus operandi* que caracterizava os efeitos da dominação conduzida por latifundiários e Estado. Neste, a violência física, na maioria das vezes, era utilizada como mecanismo de dominação/expropriação.

2.2 A UTE Parnaíba e a retórica do desenvolvimento

Algumas das comunidades que outrora estavam envolvidas nos conflitos por terra na década de 1980 estão localizadas nos municípios que compõem as áreas de influência direta e indireta da UTE Parnaíba.

O cenário que configura o atual momento vivenciado por muitas comunidades rurais no estado do Maranhão demonstra que a luta dos camponeses tem antagonistas que se apresentam de forma distinta do período anterior. Atualmente, com a chegada de empreendimentos desenvolvimentistas no estado muitas famílias entraram num processo de expropriação ocasionado não mais (ou não somente) pelo latifundiário, “mas por novos agentes sociais, ora vinculados a setores empresariais, bem como ao próprio Estado brasileiro, por meio de seus distintos aparatos, que demandam grandes extensões de terra para instalação dos chamados grandes projetos” (COSTA, 2015, p. 46-47).

Os grandes projetos de investimento se caracterizam como grandes unidades produtivas relacionadas ao desenvolvimento de atividades básicas, início de cadeias produtivas, para extração e produção de minérios, grandes obras de infraestrutura, complexos industriais portuários, termelétricas, hidrelétricas, etc. (LAURELLI, 1987 *apud* VAINER, 1990). Além disso, segundo Vainer (2007), os grandes projetos se configuram enquanto modos de apropriação e organização territorial.

Os denominados grandes projetos de investimento demandam um elevado consumo de recursos naturais e como a história tem demonstrado suas instalações vem acompanhadas de conflitos socioambientais justamente por sua lógica de apropriação e controle de espaços e territórios. Acselrad (2004, p. 111) nos lembra ainda que essas obras requerem “quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais”.

No Maranhão, esferas governamentais vêm atuando desde o período de 1970/80, de forma decisiva na conformação do espaço econômico maranhense por meio de diferentes mecanismos que vão desde a implantação de empreendimentos diretos como obras de infraestrutura e projetos econômicos, passando por mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas (CARNEIRO, 2013). A situação de conflitos na Região do Médio Mearim maranhense na década de 1980 é reflexo desse

processo de conformação do espaço maranhense. Esse processo desencadeou ainda a instalação dos chamados grandes projetos, a exemplo do Programa Ferro Carajás,

Além disso, projetos agropecuários e madeireiros instalados foram responsáveis, por sua vez, pelo maior momento de expansão da grande propriedade no Maranhão e pela devastação ambiental, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira (CARNEIRO, 2013), como mencionado anteriormente. Ainda segundo Carneiro (2013) o financiamento público da grande propriedade favoreceu a indústria da grilagem e a expulsão de camponeses que trabalhavam no interior da propriedade fundiária. Importante notar que “é justamente esse processo de transferência de terras públicas a particulares que permite hoje a transmissão desse estoque de terra, mediante venda, aos empreendimentos de energia que se instalam no Maranhão” (ANDRADE, 2014, p. 55).

Segundo Costa (2015), a partir dos anos 2000 vem se desenhando com mais intensidade uma nova configuração socioeconômica no estado do Maranhão. O documento “O Maranhão e a Nova Década Oportunidades e Desafios” (2012), produzido pelas Secretarias de Comunicação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Governo do Estado do Maranhão (2010-2014), possibilita dimensionar esse processo.

Com um ritmo forte de crescimento, o Maranhão detém na atualidade um dos maiores volumes de investimentos privados entre todos os estados brasileiros. Alguns desses projetos já estão em fase de conclusão, enquanto outros estão sendo implantados ou projetados. São empreendimentos nas áreas de refino de petróleo, exploração de gás e petróleo, geração de energias limpas e fabricação de celulose, biomassa, cimento, aço, alumínio, alimentos, dentre outros relevantes setores da economia, que já estão gerando emprego e renda em diversos polos distribuídos por todas as regiões do estado. Com volumes que ultrapassa a casa dos R\$ 100 bilhões, entre recursos públicos e privados, o novo Maranhão já está em construção com investimentos como: Refinaria de petróleo Premium I da Petrobras, de capacidade gigantesca – 600 mil barris por dia (bpd) – que será a quinta maior do mundo e a maior do Brasil; A produção será escoada em terminais portuários, localizados às margens do rio Mearim, em Bacabeira e baía de São Marcos, em São Luís; Ampliação da refinaria do consórcio Alumar; Termelétricas do grupo EBX: Usina Termelétrica Itaqui, com 360MW, e Usina Termelétrica Parnaíba (movida a gás natural), com capacidade total de geração de 3.722 MW, pertencentes a MPX Energia; Usina termelétrica do grupo Geranorte, com 330MW; Hidrelétrica de Estreito, com capacidade de 1087MW; Previsão de construção de mais duas hidrelétricas no rio Parnaíba (UHE de Uruçui e UHE de Ribeiro Gonçalves); Implantação de Parque Eólico, da empresa Bioenergy, em Paulino Neves, com capacidade total de geração de 1.400 MW, dos quais 230 MW já serão construídos em 2012; Siderúrgica Integrada Gusa Nordeste, do grupo Ferroeste, que vai produzir 500 mil toneladas de laminados de aço, em sua primeira etapa, na cidade de Açailândia; Píer IV da Vale, no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, projetado

com dois atracadouros para receber os novos navios do tipo Valemax (de 400 mil toneladas de porte bruto-TPB); Duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC (MA-PA); Fábrica de celulose da Suzano, com capacidade de 1,5 milhão de toneladas/ano; Implantação de um complexo de produção de pellets de madeira – o maior do mundo, da Suzano Energia Renovável, em Chapadinha; Ampliação das fábricas de bebida da Ambev e da Schincariol; Nova unidade do grupo Renosa, engarrafadora da Coca-Cola, em Imperatriz; Implantação dos complexos avícolas das empresas Notaro Alimentos, no município de Balsas, e Frango Americano, em Vargem Grande; Extração de ouro dos grupos Aurizona (Luna Gold), no município de Godofredo Viana; Jaguar Mining, no município de Centro Novo do Maranhão e das empresas Brasil Resources Inc (BRI) e Apoio Engenharia e Mineração Ltda., em Centro do Guilherme; Ampliação das unidades de produção de álcool dos grupos Itapecuru Bioenergia, em Aldeias Altas e a Agro Serra, em São Raimundo das Mangabeiras; Novas unidades de produção de cimento, como a Votorantim Cimentos, Indústria Ítalobrasileira de Cimentos e Grupo Queiroz Galvão, todas em São Luís; Construção da Torre Móvel Integrada - TMI, em Alcântara, para as atividades do Veículo Lançador de Satélite - VLS. Obra orçada em R\$ 47 milhões. O primeiro vôo de teste está previsto para 2012; Construção do mais moderno sítio de lançamentos do Brasil, também na cidade de Alcântara, pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), com capacidade para realizar lançamentos de foguetes comerciais de até 40 metros (Cyclone-4), cuja primeira experiência está prevista para 2013 (SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2012, p. 8-9).

A citação acima permite vislumbrar a diversificação dos projetos e investimentos por meio de grandes empreendimentos, além de destacar a construção da Usina Termelétrica Parnaíba, pertencente à MPX Energia, atual ENEVA. Pelo o que se nota no decorrer do documento, esse projeto possui um lugar especial dentro da expansão desenvolvimentista prevista para o estado, pois com ele:

O Maranhão entra definitivamente no setor de gás e petróleo, um dos que mais crescem na economia brasileira, refletindo o grande momento econômico vivido pelo estado. Empresas como a Petrobras, OGX, Petra Energia, Gasmar, Engept e a Panergy aproveitam o enorme potencial do estado nesse setor e investem em diversos projetos como os de refinaria, gasodutos, exploração de petróleo e gás natural (SECRETARIAS DE COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2012, p. 21).

A instalação desses grandes projetos e investimentos confronta-se com lógicas diferenciadas de apropriação do espaço e com a existência de formas fundiárias distintas. Ao passo que vem criando um processo de conformação do espaço econômico do Maranhão (CARNEIRO, 2013, p. 20), o Estado junto a propriedade privada vem colocando em segundo plano os direitos dessas comunidades, tornando-as beneficiárias de políticas de mitigação e responsabilidade ambiental de empresas.

Nesse cenário de reconfiguração do espaço agrário maranhense a comunidade Demanda, bem como outras comunidades situadas nos municípios de Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Pedreiras foram surpreendidas com a instalação de um Complexo de usinas termoelétricas movidas a gás natural. Desde então, os moradores dessas localidades passaram a se confrontar com vários problemas, tais como: a perda de babaçuais, poluição dos igarapés e açudes, convívio com o forte odor de gás e barulho das turbinas e por último o deslocamento das famílias de seus territórios, temas que serão retomados adiante no trabalho.

Tudo leva a crer que a posição do empreendedor é a de que tais populações não podem impedir o desenvolvimento. Em vez de serem compensadas pelos danos ambientais e sociais de que foram vítimas, o preço da degradação ambiental, segundo esse raciocínio, deverá ser pago pelas próprias populações que viviam e trabalhavam nesses territórios, conforme apontam vários autores que discutem a temática da injustiça ambiental no Brasil (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013). Tal visão traz subentendido o pensamento que privilegia a razão de Estado ou a razão empresarial, no sentido de que tais populações devem ir para o sacrifício para dar lugar ao que é entendido como progresso e desenvolvimento da nação.

Numa das audiências públicas para a construção do licenciamento ambiental do empreendimento, Israel Ferreira, secretário estadual de Assuntos Estratégicos à época, afirmava que “o Governo está preocupado em ouvir as demandas do município visando à preparação deste para o desenvolvimento”, assinalando a incorporação da percepção oficial deste tipo de atividade. O processo pelo qual vem passando a região do Médio Mearim desde 2009 com a chegada da MPX/ENEVA representa um outro momento de conformação do espaço daquele território, marcado fortemente pelo discurso do desenvolvimento e do crescimento econômico.

No Brasil o desenvolvimento econômico tornou-se um valor (Becker, 2011) e nesse sentido o Estado têm se utilizado de redirecionamentos técnico-científicos para legitimar e acelerar as ações desenvolvimentistas. Assim, acaba por exercer uma violência simbólica para a qual possui prerrogativa.

2.3 Desenvolvimento e teoria social: algumas reflexões

Poucas concepções possuem tanta aceitabilidade como a de desenvolvimento. Há mesmo um processo de naturalização no uso dessa categoria. Alcançar o estágio de

civilização correspondente torna-se cada vez mais obrigação daqueles que desejam sair do lugar onde estão em busca de um destino inevitável e necessário, mesmo que de fato não saibam o que esse desenvolvimento significa, pois, atualmente “quando a maioria das pessoas utiliza o termo desenvolvimento estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar” (ESTEVA, 2000, p. 59).

Assim, para além de analisarmos as consequências do modelo de (des)envolvimento em curso no país é preciso que se discuta também a construção da legitimidade desse desenvolvimento, presente até mesmo no imaginário social das comunidades atingidas. Muitas dizem que não são contra o desenvolvimento, mas queriam que seus direitos, sobretudo, aos seus territórios fossem resguardados. Talvez por partilharem do ideário de que o desenvolvimento “tem o sentido de mudança favorável do inferior para o superior, do pior para o melhor” (ESTEVA, 2000, p. 64), por isso, dever ser considerado algo que vem para o bem.

A perspectiva assinalada acima tem raízes antigas no pensamento Ocidental, no qual desenvolver significa o estabelecimento da razão e a superação do estado de natureza. De base positivista, esta concepção vê o desenvolvimento como um processo linear a que todas as sociedades terão que necessariamente passar. Sobretudo, a partir do Iluminismo, no que se convencionou chamar de Idade Moderna, construiu-se uma forma de conceber o mundo e a relação homem-natureza: “a influência de Descartes, Galileu, Leibniz e, particularmente de Isaac Newton contribuiu para formar o imaginário iluminista, fundado na ideia de uma *physis* ordenada tal e qual um relógio” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 100). O conhecimento adquiriu um caráter meramente pragmático e a ciência se afirmou frente à religião e à filosofia. Essa mesma ciência começa a operar em torno de três eixos: a oposição entre homem e natureza; a oposição entre sujeito e objeto; e o paradigma atomístico-individualista (PORTO-GONÇALVES, 2008).

A modernidade, dessa forma, não diz respeito somente a um período histórico, mas faz referência a um modelo de sociedade com valores e práticas específicas e mais ainda, diz respeito a “um movimento societário que apesar de sua fluidez e dinamicidade ou por isto mesmo, atinge sociedades e regiões inteiras, interagindo e alterando suas mais variadas dimensões” (SANT’ANA JÚNIOR, 2005, p. 23).

No trabalho de consolidação desse ideal foi se forjando também uma determinada concepção de natureza que cada vez mais representa aquilo que se opõe a

cultura. Do bojo desse movimento filosófico e político erigiu-se uma razão instrumental e pragmática que vem orientado ações e posicionamentos.

O século XIX será o do triunfo desse mundo pragmático, com a ciência e a técnica adquirindo, como nunca, um significado central na vida dos homens. A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é agora subdividida em física, química, biologia. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia, etc. Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se agora mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 34).

Esse mesmo pensamento criou pares de classificação (moderno/atrasado, cultura/natureza, etc.) para pensar as relações sociais. Contudo, há uma positividade em quem classifica, ou seja, a atribuição de atrasado é responsabilidade de quem se considera moderno. Assim, aqueles e aquelas que não se adequam ao padrão branco-ocidental da modernidade e, por conseguinte, da “civilização” tornam-se potencialmente alvos de um processo benevolente de desenvolvimento.

Sabemos como no imaginário ocidental a cultura é sinônimo de sair do estado de natureza e como os diferentes povos são classificados em mais ou menos desenvolvidos em função de um grau maior ou menor de dominação da natureza. Aqui a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões (PORTO GONÇALVES, 2008, p. 20).

É justamente nesse contexto histórico e horizonte cultural que surge a ideia de desenvolvimento. Ali, na passagem do século XVIII para o XIX, sobretudo, com as contribuições de Darwin, o desenvolvimento começa a ser pensado para além de um movimento em direção a uma forma apropriada para o ser, numa clara alusão a modificações biológicas, para ser pensado como “um movimento na direção de uma forma sempre mais perfeita daquele mesmo ser” (ESTEVA, 2000, p. 62).

Assim, desde os primeiros usos da palavra desenvolvimento surgiram inúmeros estudos e políticas. Em 1800, o autodesenvolvimento tornou-se discussão corrente; entre 1875 e 1900, vários livros traziam como título a ideia de desenvolvimento desde constituição de Atenas até o desenvolvimento da paternidade e maternidade; no início do século XX, a noção de desenvolvimento urbano se generaliza. Criam-se até organismos para cuidarem especificamente da questão do desenvolvimento, como o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) em 1963 e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), à guisa de exemplo (ESTEVA, 2000).

Embora, como demonstrado, o debate sobre o desenvolvimento tenha raízes históricas profundas, é a partir da Segunda Guerra Mundial que o mesmo se intensifica consideravelmente.

Importante marcador nesse processo de consolidação do debate sobre o desenvolvimento, causando uma transformação profícua na compreensão do termo, bem como sua incorporação pela sociedade em geral foi o discurso do Presidente dos Estados Unidos Truman, em 20 de janeiro de 1949, no dia de sua posse. No momento em que os Estados Unidos saíam como uma potência promissora da Segunda Guerra Mundial, começa a delinear um plano de ações que garantisse sua hegemonia e que tornasse seu “programa ousado e moderno”, bem como seu “progresso industrial disponíveis para o crescimento das áreas subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 60). Porém, o pronunciamento de Truman diz mais coisas do que se supõe. Está embutido aí a construção de uma identidade, qual seja, a de subdesenvolvido.

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de Janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é na realidade de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (ESTEVA, 2000, p. 60).

Desde então o desenvolvimento é concebido como caminho para a solução de todos os problemas, uma verdadeira panaceia. Rist (2008) considera que esse discurso do presidente Truman inaugurou a idade do desenvolvimento.

Para Rist (2008), as consequências do discurso de Truman e o modo como o desenvolvimento e subdesenvolvimento passam a ser considerados, a partir de então, são decisivos para o contexto mundial, estabelecendo uma nova maneira de conceber as relações internacionais. Nesse sentido, para o autor, a nova dicotomia criada, qual seja, desenvolvido/subdesenvolvido vão definir como as relações Norte/Sul passam a ser vistas.

Nesse contexto de subdesenvolvimento, “a complexidade da vida das pessoas acaba se reduzindo às carências que elas possuem e que precisam ser supridas para que possam se tornar desenvolvidas” (FINOKIET, 2016, p. 103). Nesse sentido, “as pessoas e os lugares são pensados e compreendidos com base na ideia de ‘falta’ e não pela sua capacidade de criatividade e resistência”.

Segundo Finokiet (2016, p. 104), o desenvolvimento pode ser considerado como um produto de relações históricas de conhecimento e poder que levou à construção de categorias (subdesenvolvimento) e, conseqüentemente, à necessidade de demandas específicas que os lugares ainda não desenvolvidos precisam obter como saúde, educação e outros.

Nesse sentido, a “existência” do subdesenvolvimento justifica o desenvolvimento, este vem se convertendo num “poderoso instrumento de transformação e modelagem social” (RADOMSKY, 2013, p. 157).

Com a representação acerca de alguns povos como sendo subdesenvolvidos e com a formulação de que o melhor destino, nesse caso, seria o desenvolvimento, proliferaram discursos, manuais e políticas para uma reconfiguração desse modelo (na melhor das hipóteses), numa explícita compreensão de que o desenvolvimento estava dado. Segundo Radomsky (2013), entre 1960 e meados dos 1970 a produção em ciências sociais sobre o tema foi substancial. É interessante frisar, contudo, que os estudos sobre o desenvolvimento nesse período se limitavam à busca pela potencialização da proposta desenvolvimentista.

Na construção da legitimidade do desenvolvimento, como já foi mencionado anteriormente, há uma normatização do outro a ser desenvolvido. É recorrente pensarmos esse desenvolvimento como o lado da cultura em oposição à noção de natureza que por sua vez se assemelha ao selvagem e/ ou atrasado. Nessa perspectiva, “a tecnologia é tomada como parâmetro desse grau de desenvolvimento dos povos e regiões” (PORTO GONÇALVES, 2008, p. 20), e os grupos que não dominam esse aparato são normalmente considerados como atrasados, ficando do outro lado da cultura, ou seja, vistos como seres muito próximos a natureza.

Podemos verificar que esses espaços em que vivem grupos com lógicas sociais e culturais diferentes daquela dita moderna, são sempre vistos como lugares com potencial de ocupação, vazios, como se tudo e todos que deixem de contemplar e seguir os estatutos da modernidade [...] passassem ao não ser, ao, não existir sócio-culturalmente (MENDONÇA, 2009 p. 280).

Há um processo de ressignificação de determinadas categorias e concepções para que desenvolvimento seja viabilizado. A forma como o meio ambiente é visto pode ser um bom exemplo para pensar essa questão. Cada vez mais, em função de movimentos de resistência e de grupos de apoio à preservação ambiental, nacionais e internacionais, o Estado brasileiro vem adotando medidas que tecnicamente tornem

legítimas determinadas ações no âmbito de seu programa de desenvolvimento: sistemas regulatórios e institucionais com destaque para a “introdução de esquemas de avaliação ambiental nas instituições internacionais financeiras com a subsequente criação de instituições ambientais, mecanismos de licenciamento ambiental, reforço da legislação ambiental” (ZHOURI, 2010, p. 13), dentre outros.

Ao apropriarem-se de noções como responsabilidade social, sustentabilidade e preservação ambiental, esse tipo de empreendimento visa demonstrar que a relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico não são necessariamente excludentes. Ao mesmo tempo, as medidas compensatórias são apresentadas como vantagens para as áreas de instalação desses projetos, minimizando e legitimando os impactos sobre as populações (ASSIS, 2011, p. 233).

A percepção do desenvolvimento enquanto um conjunto de práticas, programas, discursos e representações nos leva à reflexão sobre a construção da legitimidade em função da oficialidade da qual decorre o projeto desenvolvimentista no país. Desta forma, num contexto em que as formas de apropriação do território de muitas comunidades são vistas pelos promotores do desenvolvimento como entraves e que direitos conquistados estão sendo flexibilizados, amplia-se a exigência de estudos que evidenciem a disparidade entre os discursos e as vivências das comunidades tradicionais desse processo, evidenciando as redes, relações de poder e as ideologias que perpassam o mesmo.

Este capítulo mostrou o contexto sócio-histórico da região na qual foi instalada a Termelétrica Parnaíba evidenciando seu passado de conflitos agrários que estavam necessariamente ligados a estratégias específicas de dominação com seus respectivos efeitos sobre as comunidades situadas na região. Os capítulos seguintes, irão refletir sobre um novo momento de apropriação/dominação dos territórios tradicionais instaurado com a instalação do projeto de desenvolvimento em análise.

3 DEMANDA NA ROTA DO DESENVOLVIMENTO: A TERMELÉTRICA PARNAÍBA E OS EFEITOS DA DOMINAÇÃO

É necessário pensarmos sobre a produção de energia elétrica como um campo composto por elementos distintos. Costa (2015) elucida que a produção de energia elétrica no Brasil tem enfrentado rigores climáticos que ocasionaram forte escassez de chuvas e rebaixamento no nível dos reservatórios de água nos últimos anos, repercutindo sobre a geração de energia pautada em grande parte em fonte renovável, por meio de hidrelétricas. Esses fatores climáticos contribuem também para o acionamento de outras fontes de geração de energia, como as termelétricas. Para além disso, a autora enfatiza que questões de ordem política também perfazem esse setor como as pressões do mercado global, por exemplo.

Segundo a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), a geração de energia elétrica a partir de gás natural é feita pela queima do gás combustível em turbinas a gás, cujo desenvolvimento é relativamente recente (após a Segunda Guerra Mundial). Junto ao setor elétrico, o uso mais generalizado dessa tecnologia tem ocorrido somente nos últimos 15 ou 20 anos. Ainda assim, restrições de oferta de gás natural, o baixo rendimento térmico das turbinas e os custos de capital relativamente altos foram, durante muito tempo, as principais razões para o baixo grau de difusão dessa tecnologia no âmbito do setor elétrico.²

Segundo Costa (2015), os investimentos nesse setor vem se desenhando desde a década de 1940, quando são descobertas, na Bahia, as primeiras reservas de petróleo e seus subprodutos – como óleo e gás natural, sendo consolidado na década seguinte com oficialização do monopólio estatal, através da criação da Petróleo Brasileiro S.A., PETROBRAS. Nas décadas seguintes há o crescimento tanto em termos de exploração e refino, quanto no investimento de pesquisas para novas descobertas e o desenvolvimento de tecnologia para exploração em águas profundas.

Nos anos 1980 é descoberta uma área grande potencial de petróleo e derivados, com destaque para o gás natural, em Capinzal do Norte, município da região do médio Mearim maranhense (COSTA, 2015). Essa área de grande potencial faz parte de uma influência maior, que é a chamada Bacia do Parnaíba. Trata-se da Bacia sedimentar definida geologicamente como uma depressão da superfície terrestre que ao longo do

² Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/gas_natural/9_3.htm. Acesso em 24/04/2018.

tempo teve seu preenchimento por depósitos de sedimentos de origem biológica ou de materiais vulcânicos. A Bacia do Parnaíba possui cerca de 600.000 km², que se distribuem principalmente pelos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Ceará e Bahia.

A OGX³ é responsável por mais de 70% de participação na licença de exploração desse Bloco e vem apresentando estudos com estimativas da extensão dos recursos contingentes de gás natural de certos ativos pertencentes à OGX. Importante enfatizar ainda que essa empresa é responsável por uma vertiginosa campanha exploratória privada de óleo e gás natural em curso no Brasil, conduzindo vários processos nesse sentido no setor.

No que se refere a criação de termelétricas é importante frisar o processo iniciado em 1997 com a criação da chamada lei do Petróleo, Lei 9.478/1997, que estabeleceu o fim do monopólio estatal exercido pela PETROBRAS nas atividades de exploração e produção de petróleo e seus derivados no Brasil. Costa (2015) afirma que devido à política neoliberal adotada pelo Governo à época, outras empresas poderiam também exercer essas e outras atividades previstas na Lei.

Em 2007 foi publicada a Resolução n° 02/2007 de responsabilidade do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A mesma autorizou a realização da 9° Rodada de Licitações para áreas exploratórias de petróleo e gás natural. Essa Rodada durou de junho a novembro de 2007 e colocou em oferta 271 blocos, distribuído em 14 setores, totalizando cerca de 73 mil km². Segundo Costa (2015) as áreas em ofertas abrangeram nove bacias sedimentares, quais sejam: Campos, Espírito Santo, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Santos, Recôncavo e Rio do Peixe. Ainda segundo a autora, é nesse contexto que se inicia a atuação da MPX no Mercado regulado de Energia, com a venda de energia através da UTE Itaquí, no Maranhão e Energia Pecém, no estado do Ceará, com a vitória no chamado Leilão A-5, promovido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Como aponta Costa (2015), o objetivo dos empreendimentos citados é abastecer o SIN, criado com o objetivo de maximizar o aproveitamento energético brasileiro, constituído de instalações de produção e transmissão de energia elétrica, todas interligadas, com predominância de usinas hidrelétricas. Sul e Sudeste foram as primeiras regiões interligadas por esse Sistema, por volta da década de 1970.

³ Empresa do grupo EBX que atua nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Pelo que foi exposto, nota-se que um conjunto de iniciativas foi responsável pela criação da UTE Parnaíba, bem como outros empreendimentos correlatos. Configurou-se um contexto político no país que cria as condições sociais para execução desses grandes projetos, ao passo que concede a iniciativa privada a exploração do petróleo e seus derivados. Isso posto, a termoeletrica tem sua criação vinculada também às demandas de energia elétrica no cenário nacional mais recente, cada vez mais crescentes⁴.

Em 2009 foram realizados os primeiros levantamentos e estudos nas áreas classificadas como de influência direta e indireta do empreendimento, principalmente em Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte e Pedreiras. Nesse ano se inicia a relação da empresa com as famílias de Demanda, para fins dos estudos de impacto socioambiental da Usina Parnaíba, dada sua proximidade, localizando-se na chamada Área de Influência Direta do empreendimento.

Em maio de 2011 a SEMA/MA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado – concede Licença de Instalação para a construção da Usina Termelétrica Parnaíba. Em agosto do mesmo ano, as empresas Duro Felguera⁵ e Initec⁶ foram selecionadas para a implantação da UTE Parnaíba. Em setembro, a OGX aumenta o seu domínio e passa a deter oito blocos exploratórios na Bacia Parnaíba.

Segundo informações disponibilizadas no site da empresa MPX/ENEVA, em janeiro de 2012 a MPX e OGX recebem Licença de Instalação para produção de gás no Maranhão. Nesse mês, a MPX recebe a primeira turbina para a usina termelétrica e, em fevereiro, MPX e OGX dão início à fase de construção da Unidade de Tratamento de Gás e outras instalações de superfície e poços para os blocos exploratórios da Bacia, tendo recebido o primeiro gerador da UTE Parnaíba. Em setembro a OGX obtém Licença de Operação para início da produção de gás.

Em 2013 as empresas de Eike Batista deixaram de cumprir os cronogramas e acordos estabelecidos no mercado, gerando uma crise em seus negócios, o que fez com

⁴ Sucessivos governos, especialmente a partir dos anos 2000, reforçam que há uma demanda crescente de energia elétrica, sendo o enfraquecimento desse setor impeditivo para o desenvolvimento do país. Importante frisar que esse debate sobre a necessidade de energia não será foco do trabalho, mas sim as questões envolvendo o local de pesquisa e as relações dos moradores com o empreendimento.

⁵ Companhia espanhola, com sede em Gijón, nas Anturias, Espanha, especializada na execução de projetos para os setores energético, industrial e de petróleo e gás. Site da empresa <https://www.dfdurofelguera.com/>. Acesso em: 26/04/2018.

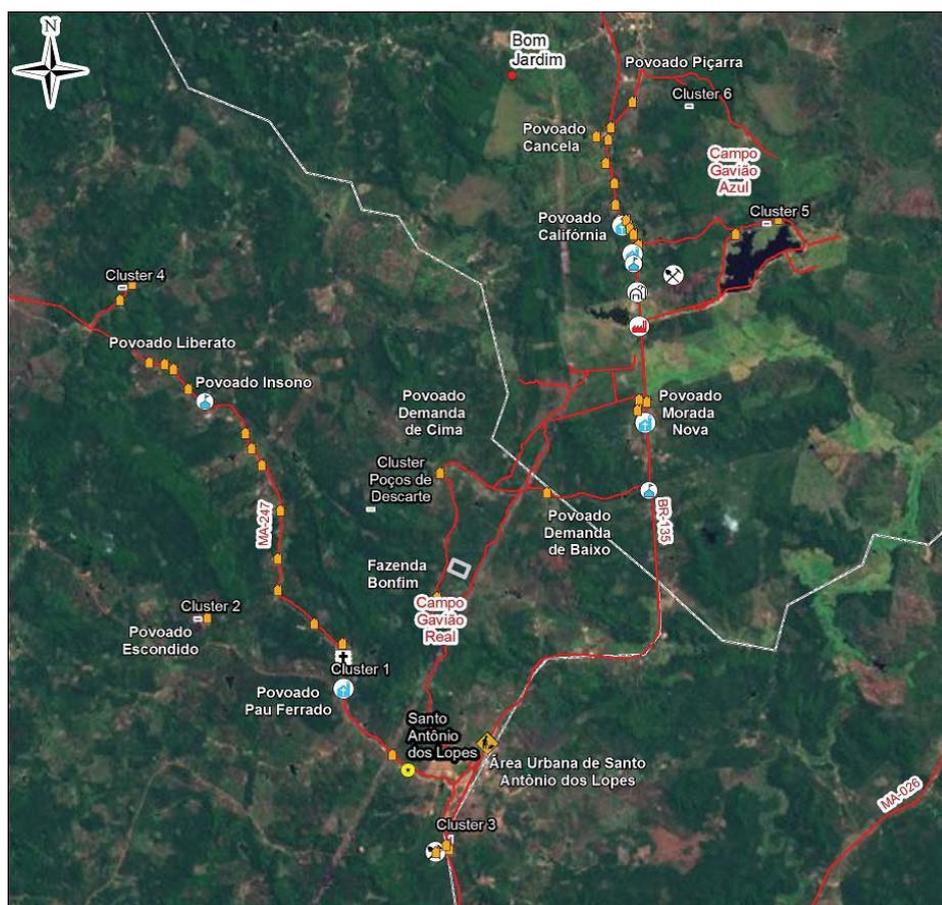
⁶ Empresa de engenharia espanhola do grupo ACS. Atua no setor da construção de instalações de geração elétrica. Site da empresa: <http://www.initec-energia.es/index.cfm?lang=sp>. Acesso em: 26/04/2018.

que o empresário começasse a se desfazer do controle de suas companhias. Segundo site da atual acionista do empreendimento. O controle acionário ficaria então assim dividido: Eike Batista com participação de 23,9%, a empresa Free Float, 38, 2% e a alemã E.ON com 37,9%.

3.1 Caracterização territorial da comunidade Demanda

No que diz respeito aos problemas sociais e econômicos decorrentes da instalação da UTE Parnaíba a comunidade Demanda se apresenta como a principal localidade afetada, em virtude da proximidade com o empreendimento, cerca de 3 quilômetros. Como demonstra o mapa abaixo encontrado no Relatório de Impacto Ambiental construídas por empresas contratadas pela ENEVA/MPX.

Figura 2 - Mapa da configuração espacial da área de influência do empreendimento



Fonte: RIMA UTE Parnaíba, 2011.

Importante notar que grande parte das informações contidas nesse capítulo foram obtidas a partir do Laudo Antropológico feito pela professora Maristela de Paula

Andrade, demandado pelo Ministério Público Federal do Maranhão. O mesmo objetivou apreender possíveis impactos socioambientais sobre comunidades tradicionais que vivem e trabalham nas áreas de influência da UTE PARNAÍBA, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes, Capinzal do Norte, Pedreiras e outros, no âmbito do Inquérito Civil Público número 1.19.000.000400/2011-59. O referido Inquérito Civil foi instaurado pela Portaria nº 93/2011, de 16 de novembro de 2011, provocado pela observação técnica do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão –, de janeiro de 2011, apontando que os estudos socioambientais apresentados pela empresa responsável pelo empreendimento continham lacunas estruturais no diagnóstico de bens culturais, o que dificultava sua avaliação pelo órgão, em termos de preservação ou salvaguarda do patrimônio cultural (COSTA, 2015).

Demanda está localizada entre Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte, municípios classificados pelo IBGE como pertencentes à microrregião do Médio Mearim. Nessa região, concentra-se uma das maiores ocorrências de palmeiras de babaçu do estado do Maranhão, formação florestal secundária existente em vários estados brasileiros, como Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí, Tocantins e sudeste do Pará.

Manuel Correia de Andrade (1970) ao falar sobre o avanço da frente nordestina no Maranhão dá uma valorosa contribuição ao pensar a formação desse espaço como múltiplo e não linear, enfatizando uma diversidade no que tange a características geográficas e econômicas.

No que diz respeito a formação dessa região central do Maranhão, o processo de desestruturação da monocultura de exportação do algodão e arroz, no fim do século XIX e início do XX é um fato histórico determinante (CORREIA DE ANDRADE, 1986). Nesse cenário configura-se a formação de um campesinato maranhense gerado pela libertação dos trabalhadores escravizados e pelos camponeses que vinham de outros estados do Nordeste em decorrência da crise da *plantation* açucareira. De acordo com Costa (2015), a partir dos anos 1930, essa região desponta como um dos principais focos de migração de nordestinos para o Maranhão, que chegavam com algum capital e adquiriam pequenas extensões de terra ou orientavam-se para atividades ligadas à produção de arroz, mandioca, milho e feijão.

O processo de constituição não somente do povoado de Demanda, mas de parte do próprio espaço agrário maranhense foi se configurando pelo desenvolvimento de levadas migratórias oriundas de estados do nordeste e internas ao próprio Maranhão,

aliado a distintos processos econômicos (COSTA, 2015), como mencionado anteriormente.

A dinâmica de territorialização ocorrida em Demanda é semelhante a outros processos de ocupação de terras, onde a alusão a nomes de pessoas é recorrente. De acordo com Santos (2009), essas ocupações são marcadas por um tipo de jurisprudência notadamente camponesa em que a categoria “assituante” aparece como comum a esses processos, sobretudo em áreas de fronteira agrícola, onde são assim reconhecidos os primeiros ocupantes. Demanda vai se forjando assim, como um espaço social demarcando um processo de territorialização.

Para Little (2002, p. 3), a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. O autor afirma ainda que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos.

A comunidade Demanda, assim como outras no estado, não está fora da lógica de conformação do espaço agrário maranhense, conforme apontado no capítulo anterior. Segundo dados encontrados no Laudo Antropológico sobre a comunidade, é possível perceber, a partir dos relatos dos moradores a constituição de tempos distintos da relação destes com a terra e os recursos naturais com os quais trabalham. De início com a vinda dos trabalhadores de estados vizinhos como Ceará e Piauí, os primeiros moradores de Demanda se instalaram em porções de terra que eram por eles designadas de “terra sem dono ou terra nacional”. Isto é, terras públicas ocupadas por camponeses. Além disso, nesse período os limites escolhidos para cada apossamento familiar eram definidos baseados num acordo tácito entre os moradores, que prescindia de formalização jurídica (PAULA ANDRADE, et al, 2014). Esse acordo estava baseado “em códigos costumeiros que regulam a existência da família camponesa, no trabalho e na terra e que ficam em aberta contradição com os códigos nacionais” (MOURA, 1986, p. 33).

Paula Andrade (2014) afirma que, como em outras regiões do Maranhão, 1950 é a década onde ocorre uma reordenação territorial promovida pelo Estado, marcando um capítulo importante no processo de expropriação, pois um expressivo contingente de camponeses que havia se instalado em diferentes lugares como posseiros, não conseguiu comprar as terras em que viviam e trabalhavam, transformando-se em um segmento subordinado a outros, via pagamento de renda para poder cultivar. Esse processo

começa na década de 1950, mas se intensifica a partir da década de 1970 incidindo no desenvolvimento de vários conflitos agrários.

Esse período é caracterizado como o tempo da venda de terras pelos moradores mais antigos da Demanda. Esse processo ocasionou a modificação na apropriação do espaço produzido e vivenciado pelo grupo, além disso operou também na modificação da condição social de algumas famílias, considerando que antigos posseiros se transformaram, a partir daí, em agregados em terras de terceiros como aponta o seguinte depoimento trazido pelo Laudo Antropológico da comunidade “papai vendeu o nosso direito, e nós ficamos morando nos terrenos, aí depois chegou o dono, e nós ficamos de agregado” (I.C morador da comunidade Demanda).

De acordo com o Laudo Antropológico, desde da década de 1950 ocorreram mudanças no âmbito da relação jurídica com a terra que contribuíram para que muitos dos que viviam e trabalhavam em Demanda na condição de posseiros, fossem obrigados a pagar aluguel pelo uso da terra. Aqueles que, por esforços próprios, conseguiram comprar terra, transformaram-se em pequenos proprietários, mantendo-se nas terras em condições mais favoráveis que os posseiros e arrendatários. Aqueles que não conseguiram estabelecer-se como proprietários passaram a viver como agregado ou a trabalhar dentro de propriedades de terceiros, como ocorreu com muitas famílias que passaram a trabalhar na fazenda do senhor Mousinho ou “Fazenda Maravilha”, agora “dono” da área que abrigava o grande babaçual e outros recursos importantes para o grupo, depois suprimidos pelo empreendimento da MPX e atual ENEVA.

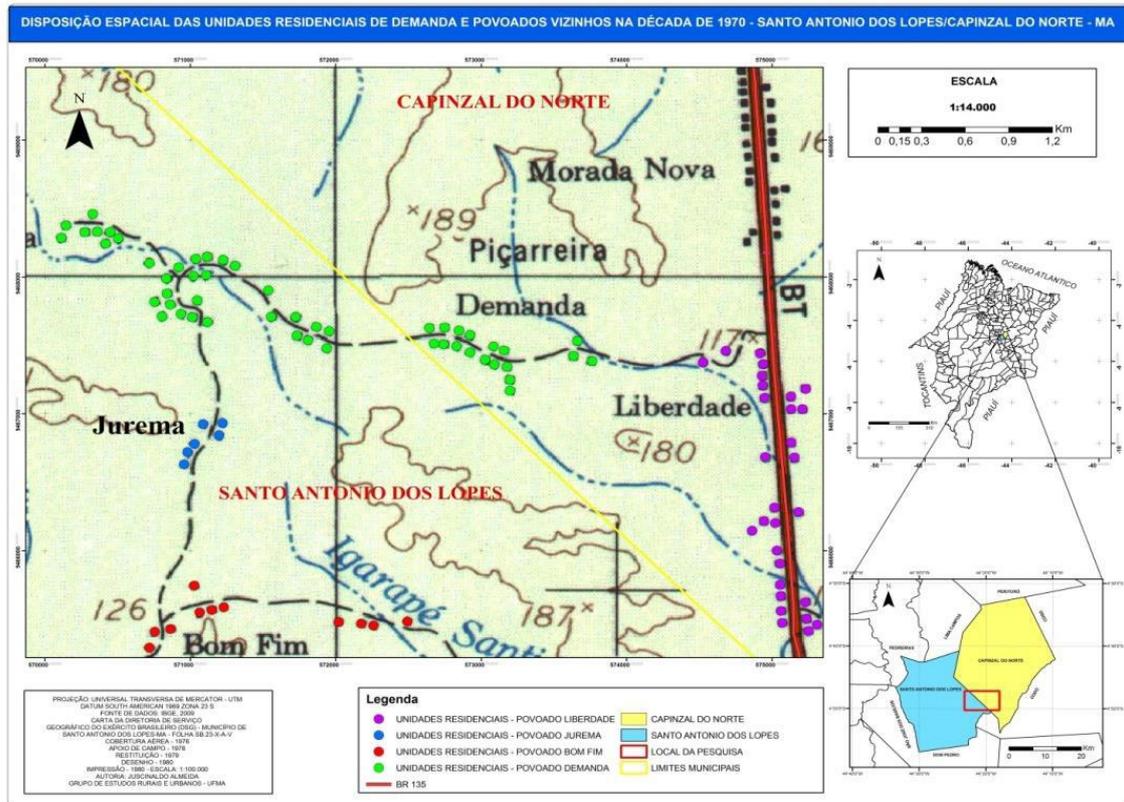
3.2 Território e organização econômica de Demanda

A comunidade está espacialmente distribuída em duas áreas, uma chamada de Demanda, que corresponde à ocupação mais antiga e outra denominada Baixa, localizada mais próxima à rodovia BR 135. Embora os moradores compreendam como sendo um único território. O mapa a seguir, construído pela equipe responsável pelo Laudo antropológico, mostra a configuração espacial de Demanda antes da instalação da UTE Parnaíba. No mapa, podemos visualizar esta divisão, conforme foi mencionado anteriormente, de modo que Baixa refere-se à primeira porção do povoado, em relação à BR-135 e Demanda, à porção seguinte.

O mapa possibilita visualizar a disposição das unidades residências da Comunidade Demanda e de povoados vizinhos, como Jurema, Bom Fim, Morada Nova

e Liberdade, com os quais Demanda estabeleceu relações importantes, por meio do compartilhamento de recursos como babaçuais, caminhos e corpos d'água.

Figura 3 - Mapa de Demanda, configuração da década de 1970



Fonte: Elaborado por Juscinaldo Almeida a partir da plotagem de pontos GPS em carta DSG.

A proximidade de Demanda com outras comunidades permitia que as mesmas utilizassem caminhos comuns, numa troca que ia além de um trajeto numa estrada de chão. Para se deslocar até a sede do município de Santo Antônio dos Lopes, moradores de Demanda tinham algumas alternativas, uma delas era utilizar os caminhos de comunidades próximas como Bom Fim e Jurema. Essa escolha se justificava por acharem que o trajeto era menor e mais seguro, em oposição ao utilizado pela BR 135 onde o fluxo de carros é mais intenso. Uma das quebradeiras me relatou certa vez que fazia esse percurso por entre as comunidades de bicicleta, que se sentia segura pois conhecia basicamente todos os moradores dessas localidades e além disso a vegetação mais fechada permitia que o “sol não queimasse tanto”. Importante frisar que com a instalação do empreendimento e a interdição dos caminhos tradicionais práticas como estas foram interrompidas.

No que se refere a organização interna, a disposição das residências das famílias de Demanda (em verde) segue um traçado contínuo em relação à BR-135, apesar de haver dois núcleos residenciais separados visualmente por um pequeno distanciamento físico, como mencionado anteriormente.

Em 2014 foi realizado um levantamento que possibilitou a construção de alguns dados censitários da comunidade. Importante ressaltar que os números apresentados a seguir sofreram modificações com a constituição de novas famílias, questão inclusive que se tornou emblemática no processo de reassentamento como se demonstrará nos capítulos seguinte, porém as informações nos ajudam a compreender melhor as características locais.

Naquele período, antes do processo de deslocamento das famílias para outra localidade, existiam em Demanda cerca de 54 famílias, destes 84 homens e 78 mulheres

O quadro a seguir demonstra que a população da comunidade da Demanda é relativamente jovem – 40,74% está na faixa de menos de 21 anos e 50,61% na faixa entre 21 e 64 anos. A população da terceira idade corresponde a 8,65%, correspondendo assim a um contingente menor.

Tabela 1 - Relação da quantidade de moradores da comunidade Demanda por faixa etária

Faixa Etária	Nº de casos	%
Menos de 1 ano	3	1,75
De 1 a 5 anos	7	4,09
De 6 a 10 anos	12	7,02
De 11 a 15 anos	19	11,11
De 16 a 20 anos	25	14,62
De 21 a 25 anos	13	7,60
De 26 a 30 anos	15	8,77
De 31 a 35 anos	9	5,26
De 36 a 40 anos	13	7,60
De 41 a 45 anos	9	5,26
De 46 a 50 anos	9	5,26
De 51 a 55 anos	3	1,75
De 56 a 60 anos	6	3,51
De 61 a 65 anos	5	2,92
De 66 a 70 anos	5	2,92

De 71 a 75 anos	4	2,34
De 75 a 80 anos	3	1,75
De 81 a 90 anos	2	1,17

Fonte: construída pela autora a partir dos dados fornecidos pela associação de moradores.

A organização econômica da comunidade baseava-se, principalmente, na extração do coco babaçu. No terreno onde se encontrava o babaçual, existiam também áreas arrendadas para o cultivo de alimentos e as chamadas *quintas*, denominação para áreas de pastagens preparadas e reservadas da fazenda ao gado do proprietário. Nesses locais era realizada a atividade de *roçar juquirá*, nas chamadas *quintas*, o que significa “extirpar as plantas invasoras que nascem nessas áreas de pastagem, limpando-as, para que o capim possa crescer e oferecer alimento ao gado dos proprietários das terras” (PAULA ANDRADE et al, 2014, p. 19). A limpeza das áreas de pastagem para o gado era uma atividade que se realizava, geralmente, uma vez ao ano, especificamente pelos homens, remunerada através de *diária*, valor estipulado pelo proprietário das *quintas* por determinadas horas a serem cumpridas em um dia de trabalho. Representava um ganho fixo na economia das famílias de Demanda. O cultivo agrícola era outra atividade importante para a economia do grupo.

Segundo relatos das quebradeiras da comunidade, na tentativa de fazer uma comparação com o momento anterior a chegada da empresa, mesmo em propriedade de terceiros, a área do extenso babaçual era acessada, sem restrições pelo fazendeiro e representava uma importante fonte de renda, garantindo uma boa parte do sustento familiar. A organização econômica de Demanda previa ainda a construção de roças (cultivo agrícola) e as diárias recebidas pelos homens pelo trabalho de roçar *juquirá* em terras alheias. Importante ressaltar que estas atividades eram marcadas pela complementaridade das atividades entre homens e mulheres, seguindo uma divisão do trabalho orientada pela família camponesa.

As atividades econômicas acima apresentadas eram realizadas pelas famílias de Demanda principalmente em áreas da fazenda do senhor Mousinho, Raimundo Quinco de Lima Filho, ex-prefeito de Santo Antonio dos Lopes. Antes, a fazenda pertenceu a seu irmão chamado Quinquerone.

Em 2009 a área que corresponde a comunidade Demanda e no geral aos limites da Fazenda Maravilha foi adquirida pela empresa MPX. Importante notar que esse território abrigava recursos imprescindíveis para a produção e reprodução do grupo

social em questão. Com a venda da propriedade de mais de 900 hectares vendeu-se também o extenso babaçual, açudes e poços, além dos caminhos tradicionais para deslocamento, trabalho e troca das famílias de Demanda e comunidades vizinhas.

Embora localizada em uma área privada e os antigos proprietários exercendo controle sobre os recursos, segundo os relatos dos moradores o grupo tinha permissão para utilizar coletivamente a área do extenso babaçual, pescar nos açudes e se deslocar pelos caminhos que passavam por dentro da fazenda.

Como foi demonstrado anteriormente a maioria das famílias de Demanda com o processo de privatização das terras públicas para expansão da pecuária, que os moradores chamam do *tempo da venda de terras*, tornaram-se posseiros ou agregados. Assim, a relação com a terra já não se dava de forma livre com a chegada do empreendimento

Dessa forma, como destaca Costa (2015), o acesso aos recursos disponíveis na fazenda vendida à MPX/ENEVA, não significava ausência de regras, nem mesmo a benevolência do proprietário, mas procedimentos materiais e simbólicos capazes de renovar a continuidade dos laços de dependência (MOURA, 1986 *apud* COSTA, 2015).

Neste cenário, as famílias de Demanda obtiveram apenas a permissão dos grandes proprietários quanto ao uso da terra e o direito de acesso aos recursos anteriormente destacados.

Existe uma relação de dominação exercida pelo proprietário da terra em relação as famílias de Demanda, afinal eles vivem em terras alheias e arcam com o ônus de viver na condição de agregado. Porém, é possível notar que os moradores de Demanda construíram uma relação de resistência cotidiana que transmuta essa relação de dominação em funcional para eles, na medida que conseguem manter um relativo grau de autonomia no acesso aos babaçuais e na produção econômica em outras atividades. Destarte, essa situação gera ainda uma espécie de segurança na medida em que os ciclos de produção e trabalho estavam garantidos dentro da propriedade.

Os aspectos elucidados, a formação social e organização territorial, apontam para as particularidades da constituição de Demanda como unidade social e territorial. Demonstram que o grupo conseguia uma autonomia quanto ao manejo de seus recursos ambientais e organização das atividades econômicas, já que a extração do coco babaçu, o cultivo do arroz, milho e feijão e as diárias na *juquirá* asseguravam a reprodução social das famílias.

Como se pode notar não havia uma relação jurídica estabelecida entre as famílias de Demanda e o território em que viviam. No entanto, a forma segundo a qual historicamente as famílias se apropriaram do extenso babaçal, mesmo estando na propriedade de terceiros, contribuindo para sua conservação assegurou uma especificidade à organização social e econômica das famílias, consolidando uma identidade coletiva em função de saberes gerados, ao longo de gerações.

O direito de acesso ao babaçal existente na propriedade do senhor Mousinho permitiu que as famílias de Demanda, constituíssem um território de extrativismo, fundamental à sua economia, sem que isso representasse, em termos jurídicos, uma forma de domínio sobre determinada porção de terras. Litle (2002) aponta que no que diz respeito a questões fundiárias o que marca os grupos extrativistas da Amazônia é a apropriação familiar e social dos recursos naturais, onde a coleta dos recursos é feita segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas.

A experiência vivenciada pelas famílias de Demanda, enquanto famílias de quebradeiras de coco serve também para reforçar o alcance da noção de população tradicional. Essa condição se define pelo uso conservação de ambientes naturais por determinados segmentos sociais, ancorado na mobilização de saberes específicos, construídos e reproduzidos a partir da relação com determinados ecossistemas (COSTA, 2015).

De acordo com Barreto Filho (2006), populações tradicionais é uma expressão utilizada para referir grupos sociais caracterizados por formas históricas e culturais específicas de apossamento da terra e de apropriação de recursos naturais. A noção expressa ainda um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais. Além disso, dada a variedade de grupos sociais aos quais a noção de população tradicional pode ser aplicada, esse conceito abrange um conjunto de aspectos constitutivos desses grupos:

Entre os critérios e referentes comuns que sustentam esse amplo guarda-chuva conceitual estão: a sua relação particular com a natureza, fundada em grande dependência dos ciclos naturais e, por isso, num conhecimento profundo dos processos bio-ecológicos, que gerou um corpo de saberes técnicos e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais adaptados às condições dos ecossistemas localizados em que vivem; a sua posição periférica face à economia de mercado, decorrente de processos históricos específicos – mas que, eventualmente, é tomada como característica intrínseca, permanente e substantiva desses grupos; e o fato de elas hoje ocuparem as últimas áreas marginais às respectivas economias nacionais dos

países em que vivem e, desse modo, relativamente menos transformadas do que as áreas em que se desenvolvem a agricultura intensiva, a industrialização e a urbanização – fato que, por si só, é tomado como confirmação do entrelaçamento entre biodiversidade e sociodiversidade (BARRETO FILHO, 2006, p. 121).

Diegues (1996) conceitua populações tradicionais como estando relacionadas a um tipo de organização econômica e social, em que produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Em termos econômicos, tais grupos se baseiam no uso de recursos naturais renováveis, caracterizado por seu conhecimento acerca dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. O autor destaca algumas características que perfazem essas populações, quais sejam: um modo de vida construído na relação que estabelecem com a natureza; noção de território onde o grupo se reproduz econômica e socialmente; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais e conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais (DIEGUES, 1996, p. 52)

O autor chama atenção ainda para um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza, que é a noção de território como uma porção da natureza e do espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes (DIEGUES, 1996, p. 83).

Costa (2015) nota que populações tradicionais também é um termo jurídico-formal, reivindicado por diferentes movimentos sociais e afirmado no texto constitucional brasileiro de 1988 que vem sendo incrementado por meio de medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais nacionais e de instrumentos elaborados por agências multilaterais, como ONU, UNESCO e OIT. As discussões sobre a expressão *populações tradicionais* no Brasil, em âmbito normativo, têm ligação com a elaboração e edição da Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Almeida (2008) enfatiza que a categoria de populações tradicionais contribui para uma luta teórica contra a força dos esquemas interpretativos dos positivistas do direito, pois sempre:

(...) querem confundir etnias, minorias e/ou povos tradicionais dentro de uma noção genérica de ‘povo’, elidindo a diversidade cultural, e contra a ação sem sujeitos de esquemas inspirados nos ‘estruturalismos’, que privilegiam e se circunscrevem às oposições simétricas entre ‘comum’ e ‘individual’, entre ‘coletivo’ e ‘privado’, entre ‘propriedade’ e uso, entre ‘recursos abertos’ e ‘fechados’, entre ‘tradicional’ e ‘moderno’, menosprezando a dinâmica das situações concretas produzidas pelos povos e grupos tradicionais nas suas relações sociais com seus antagonistas históricos (ALMEIDA, 2008, p. 20).

Cabe, ainda, chamar a atenção para o fato de que a aplicabilidade do conceito de população tradicional às quebradeiras de coco, não está atrelada a uma única situação de relação jurídica com a terra. Tanto pode ser aplicado às terras de uso comum em contextos de posse, como àquelas situações envolvendo pequenos proprietários, assentados de reforma agrária, moradores de terras de herança sem partilha, arrendatários ou outro, como, inclusive, àquelas de coleta do coco em terras de propriedade de terceiros (PAULA ANDRADE et al, 2014).

Esse é o caso do grupo social que reside e trabalha no povoado Demanda. Nessa localidade, existem alguns pequenos proprietários como também inúmeras famílias de posseiros e arrendatários que realizavam atividades próprias da economia do babaçu em fazendas situadas nas imediações. Muitas famílias do povoado exploravam o babaçual existente na fazenda do Sr. Mousinho; realizavam plantios de arroz e milho, em terras próprias ou na de terceiros, mediante pagamento de renda, e vendiam sua força de trabalho limpando áreas de pastagem de fazendeiros, conhecidas como *quintas*.

Os interlocutores afirmam que, historicamente, realizaram práticas agroextrativistas que sempre lhes garantiram não só os alimentos provenientes da produção agrícola, mas também os recursos resultantes da atividade extrativa do babaçu realizada pelas mulheres, principalmente nas áreas daquele fazendeiro, compradas pelo empreendedor para implantação da UTE, como citado anteriormente.

3.3 A chegada da UTE PARNAÍBA e o discurso da boa vizinhança

Essa parte do trabalho objetiva analisar como se deu a relação inicial entre as famílias de Demanda e a empresa responsável pela implantação do projeto de desenvolvimento, MPX, atual ENEVA, a partir da atuação da mesma. Para tanto, buscou-se analisar ações e discursos dirigidos pelo corpo de funcionários que atuaram diretamente na comunidade durante o processo de instalação da UTE. Diferentemente do que apregoavam os trabalhadores contratados pela empresa, esse processo se deu por

meio da instauração de conflitos e com prejuízos socioambientais para os moradores de Demanda

A relação entre a empresa e as famílias de Demanda, segundo os relatos dos interlocutores, passa por momentos distintos com práticas e discursos específicos por parte da empresa. Num primeiro momento que se refere à chegada da empresa na localidade, em 2009, quando aconteceram os levantamentos de identificação e prospecção dos poços, os estudos de impacto socioambiental e os encontros de aproximação com as famílias de Demanda, através de reuniões coletivas e visitas residenciais de funcionários e técnicos de consultoras específicos prevaleceu o discurso da *boa vizinhança*.

Como será demonstrado no capítulo posterior, a construção da Termoelétrica Parnaíba obrigou as famílias de Demanda a conviverem com o barulho gerado pelas turbinas, forte odor de gás, a água contaminada e escassez de água apropriada para o consumo. Além disso, provocou a paralização das atividades econômicas do grupo, como a quebra do coco pelas mulheres. Com a interrupção de atividades que garantiam o sustento da maioria das famílias, os moradores acabam por entrar numa situação de vulnerabilidade socioeconômica que fortalece a dependência de ações/projetos desenvolvidos pela empresa.

A implantação da UTE ao colocar os moradores de Demanda numa situação de incerteza quanto ao seu futuro, gera ainda um desmantelamento de regras e valores compartilhados pelo grupo. Viver com a impossibilidade de planejar o amanhã, com a certeza que o período do plantio está chegando mas não poder fazê-lo, gera prejuízos simbólicos e abalos morais, conforme aponta Costa (2015). Viver sob o tempo de outrem, viver sob o tempo do gás.

Como já foi mencionado, a reflexão aqui empreendida se refere a atuação de funcionários da MPX/ENEVA junto à comunidade Demanda, por meio da análise das relações estabelecidas, bem como dos discursos visando o convencimento da viabilidade do projeto e as benesses socioeconômicas que traria a comunidade.

É necessário enfatizar que a análise da relação estabelecida entre empresa e as famílias da comunidade Demanda só é possível mediante a compreensão de que esse é um processo que se dar em várias partes ou momentos. E que a cada parte corresponde estratégias e discursos específicos, possibilitando identificar interesses em disputa e entendimentos acerca do que representa a instalação desse projeto de desenvolvimento.

Segundo informações obtidas a partir dos depoimentos das famílias, inicialmente a relação com a empresa se deu de forma harmoniosa, onde o tratamento dispensado aos moradores era caracterizado por gentilezas e promessas. Nesse primeiro momento prevaleceu o discurso da *boa vizinhança*, como vemos com este depoimento “a gente ficou foi animado, disseram que ia ser vizinho da gente, que essa obra ia construir casa boa pra gente, ia encanar água pra nós, todas essas promessas tiveram (I.A.S, quebradeira de coco babaçu, Demanda). Sobre essa questão outra moradora relata “no começo tinha muita conversa, eles conversavam muito assim. No começo tinha muita promessa né? Que eles iam ter união com a comunidade, tudo o que acontecesse a gente ia ficar sabendo e isso aí foi bem diferente do que eles falaram pra gente” (N.A. C, quebradeira de coco babaçu, Demanda).

Percebe-se que há nesse processo a tentativa de construir uma imagem da ação da empresa frente as famílias de Demanda, onde é possível a compatibilidade entre crescimento econômico, preservação ambiental e respeito à comunidade, sobretudo, no que tange a participação da mesma nas tomadas de decisões. Além de garantir a preservação das condições de reprodução social do grupo, o discurso da empresa nesse primeiro momento levava a crer que com a instalação da UTE seriam supridas necessidades como moradia digna e saneamento básico. É lugar comum dentro na construção de projetos de desenvolvimento a representação dessas obras como promotoras do progresso e carregadas de positividade (ASSIS, 2011).

Uma outra estratégia utilizada pela MPX/Eneva diz respeito a tentativa de criar um ambiente de amizade e relações horizontais. Segundo Wolf (2003), as sociedades complexas como as rurais são ancoradas em relações de parentesco e amizade, tendo essa última a função de ratificar sentimentos de segurança e reciprocidade “Eles chegaram lá de um jeito que agradou nós tudo. Disse: olha nós vamos ficar visitando a casa de vocês, tomando café com vocês” (A.C, Demanda).

O depoimento acima possibilita notar um investimento discursivo por parte da empresa da importância da vizinhança para aquela localidade. A comunidade Demanda era basicamente estruturada em torno de um campo de futebol, formado um grande círculo onde era possível visualizar as casas no entorno. A vizinhança é um laço fundamental naquela comunidade, tanto que o que mais se ouvia durante entrevistas a respeito da possibilidade de mudarem para outro local era o medo de ficarem distantes de quem morava perto e que fazia parte de suas vidas desde que se entediam por gente.

Ao se utilizarem do discurso da boa vizinhança a empresa vislumbrava, ao que parece, construir uma possível estabilidade nas relações assimétricas com os moradores. A proposição de “ser bons vizinhos” marcaria um ritmo na relação de modo a instaurar uma ordem de conformação no cotidiano das famílias.

O espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança, e isto tanto ao nível da vida cotidiana quanto do ritmo dos acontecimentos que determinam os ciclos da vida familiar, tais como nascimentos, casamentos e mortes e, ainda, no que se refere ao calendário das manifestações de ordem cultural e religiosa. Este é, fundamentalmente, o "lugar" da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes (WANDERLEY, 2000, p. 30).

Costa (2015) classifica de manipulação de impressões o trabalho desempenhado por parte dos funcionários na tentativa de transmutar uma relação assimétrica, exercendo o papel de mascarar uma realidade de dominação, conferindo à situação uma aparência inofensiva, humilde.

O discurso da chamada *boa vizinhança* era vinculado à ideia de permanência das famílias naquela localidade e de que a empresa se esforçaria para estabelecer uma boa relação de convivência com os moradores. Ademais, o fato das famílias morarem dentro da área adquirida pela MPX era utilizado para endossar o discurso dos funcionários, ao mesmo tempo que passavam a ideia de que a rotina dos moradores não iria se alterar e que o trabalho com a roça, por exemplo, só iria ganhar com a assistência técnica o maquinário oferecido pela empresa.

(...) eles [MPX e contratadas] *iludiram* a comunidade. Esse pessoal da primeira etapa da MPX que foi a doutora Isabel, chegou prometendo o céu e a terra às pessoas, pra todos os moradores. Primeiramente, chegaram *enganando* que a termoelétrica que vinha, ia ser instalada aqui um empreendimento, e não ia prejudicar ninguém e não ia retirar ninguém das suas localidades, ninguém ia ser removido das suas casas pra fora de sua terra onde já vivem há muitos anos. (Morador que não quis ser identificado).

A fala do agricultor acima nos remete também a construção de uma ilusão de que as coisas melhorariam com a instalação do projeto de geração de energia naquela localidade. Essa ideia de que esse tipo de projeto trará desenvolvimento para a região pode ser considerada um outro mecanismo de dominação, facilmente identificado em ações desse caráter. No bojo desse discurso está um imaginário de progresso que se

pauta ainda pela definição dos lugares a serem desenvolvidos, o que Escobar (2008) afirma serem construídos como *developmentalizable*s.

Após a instalação da empresa se caracteriza um novo tipo de tratamento conferido às famílias e de discurso junto à comunidade. Quando as turbinas começam a funcionar, a comunidade é colocada numa situação de vulnerabilidade, diuturnamente respirando gás e lidando com barulhos intensos vindo da UTE, a empresa passa então a propagar a ideia de que era impraticável a permanência das famílias naquela área.

O discurso da empresa começa apresentar a correlação entre *risco* e a necessidade de *reassentamento* das famílias. Dessa forma, a mudança de postura da empresa valida novos termos. Foucault (1992) aponta nesse sentido, que a formação de um conjunto de enunciados é delineada a partir de discursos homogêneos de determinado grupo social, em condições sociais específicas. *Risco*, por exemplo, é uma formulação cultural relevante e central na constituição da nossa sociedade moderna, como força cultural e política, completamente novas, pela interpenetração da sua relação com a produção de riqueza. Ademais, instrumentos e posições da definição dos riscos tornam-se posições-chaves em termos sociopolíticos (BECK, 2010).

Acserald (2002) aponta que é necessário incorporar à análise do risco a diversidade social na construção do risco, bem como a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais.

Essa parte do trabalho objetivou demonstrar como se deu a relação inicial entre empresa e moradores da comunidade Demanda. O discurso da boa vizinhança foi fundamental para a instalação do empreendimento e as promessas feitas pela empresa criou na comunidade um sentimento de esperança quanto ao futuro. Mas a produção de gás trouxe um novo tempo marcado por incertezas. Não era futuro, era espera constante.

4. NO TEMPO DO GÁS: SOBRE OS EFEITOS E MUDANÇAS COM A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

“Sossego, não tem dinheiro no mundo que compre ele. A gente viver em paz...”

(N.A.S, Demanda, 15 de junho de 2014).

Em conversas e entrevistas realizadas com moradores da comunidade Demanda, é possível perceber elementos que dão conta de temporalidades distintas na relação estabelecida entre empresa e comunidade: uma antes da chegada do empreendimento e outra que estou chamando de “tempo do gás”. O tempo do gás se constitui das vivências cotidianas impostas pelo projeto de desenvolvimento ali instalado e pela configuração de um contexto de indefinição social das famílias de Demanda. É sobre esse segundo tempo que se referem as reflexões desenvolvidas nessa parte do trabalho. O presente capítulo visa refletir sobre as mudanças ocasionadas com a instalação da UTE e sobre as diferenças de tempo e espaço representadas pelo encontro entre moradores da comunidade Demanda e a empresa MPX/ENEVA, bem como examinar a problemática do licenciamento ambiental, elucidando a atuação da MPX quanto ao EIA-RIMA, além da análise do processo de burocratização da vida dos moradores da comunidade Demanda.

Gustavo Lins Ribeiro (2008) compreende o desenvolvimento como um campo de poder, este é constituído por diferentes atores e conseqüentemente por visões distintas de mundo. Além disso, a “estrutura e dinâmicas de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder” (RIBEIRO, 2008, p. 111). No processo de instalação da UTE Parnaíba é possível identificar essa diferenciação da capacidade de poder no que diz respeito a relação entre empresa e moradores de Demanda, diferenças expressas, sobretudo, nas matrizes de conhecimento que norteiam os processos decisórios do projeto, bem como na conformação do espaço material e social da comunidade.

O processo de instalação da Termelétrica Parnaíba impõe um ritmo diferente aos moradores das comunidades afetadas. Às etapas do programa para execução da obra se somam matrizes diferentes de ser e viver. As dinâmicas locais são modificadas pelas regras e pelas lógicas de tempo e espaço da empresa MPX/Eneva. Essas questões são mais facilmente identificadas ao analisarmos o processo de licenciamento ambiental e

os planos de ações resultantes dos estudos de impacto ambiental, que pode ser compreendido como sendo uma primeira etapa na imposição de valores e regras aos moradores da comunidade Demanda, mesmo o processo preconizando a participação. Fleury (2013, p. 147) ao investigar a construção da hidrelétrica Belo Monte afirma que no processo de construção do licenciamento ambiental existe duas ordens de divergência sobre o ambiente: uma ontológica e outra epistemológica. Naquela arena está em jogo vivências, visões de mundo, métodos e interpretações sobre o ambiente.

4.1 Deixar de dizer “não pode”⁷: licenciamento ambiental em perspectiva

O Licenciamento Ambiental é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente instituído pela Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Esse instrumento tem por objetivo elaborar o controle prévio à construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades capazes de gerar ações de degradação ambiental (MMA, 2009).

Aplicado inicialmente às indústrias de transformação, o licenciamento ambiental passou a abranger uma gama de projetos de infraestrutura promovidos por empresas e organismos governamentais, estendendo-se ainda às indústrias extrativas e aos projetos de expansão urbana, agropecuária e turismo.

A Lei nº 6938/81 foi regulamentada em 1983 pelo Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983. Dentre outras coisas, a principal modificação trazida por esse decreto foi a instituição de três tipos de licença ambiental: Licenciamento Prévio (LP), concedido na fase preliminar da atividade; Licenciamento de Instalação (LI), concedido para autorizar o início da implantação do empreendimento impactante; e o Licenciamento de Operação (LO), concedido para autorizar, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada. (ROCHA et al., 2005 *apud* FLEURY, 2013, p. 148).

Em 1986 a lei 6938/81 foi complementada pela Resolução CONAMA, nº 1 de 23 de Janeiro de 1986. Essa resolução cria a política nacional de avaliação de impactos ambientais, determinando a realização e apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) e a realização de audiências públicas para o licenciamento de obras modificadoras e degradadoras do meio ambiente

⁷ Referência a citação da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva contida no caderno de Licenciamento Ambiental do Programa Nacional de Gestores Ambientais do Ministério do Meio ambiente na qual afirma: com o Licenciamento Ambiental procura-se deixar de dizer apenas o “não pode”, para se mostrar a forma correta de “como fazer” (MMM, 2009, p. 9 *apud* FLEURY, 2013, p. 151)

(LEITE LOPES, 2004, p. 20-22 *apud* PEREIRA, 2010, p. 26-27). Nesse sentido, a legislação prevê o acompanhamento e fiscalização de empreendimentos com potencial de degradação ambiental durante todas as suas etapas: planejamento, construção e operação.

A Resolução nº 1/86 do CONAMA trouxe ainda a definição de impacto ambiental:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota e a qualidade dos recursos ambientais.

Achselrad (2004) recorre a Bourdieu para especificar o ambiental como um campo específico de construção de conflitos. A partir do conceito de campo, argumenta que “as lutas por recursos ambientais são assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais” (p. 19).

Os critérios que definem o que é impacto negativo e o que não é, não são definidos pela comunidade atingida, mas são critérios técnico-oficiais que se sobrepõem a toda e a qualquer realidade. Afinal, “esses atos tem a capacidade de criar (ou de instituir), pela magia da nomeação oficial, uma declaração pública, cumprida nas formas prescritas, pelos agentes autorizados” (BOURDIEU, 1996, p. 113).

Segundo Achselrad (2004, p. 22), “o Estado e os demais atores sociais integram uma luta classificatória pela representação legítima da natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados”. Ou seja, as representações dominantes (oficiais) sobre o meio irão incidir, necessariamente, sobre o poder dos atores no campo de forças no interior do próprio Estado.

A Resolução 1/81 previa também a realização de audiências públicas para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais. Porém, a Resolução do CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987, alterou esta prerrogativa, instituindo que a audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA. (ROCHA et al., 2005)

Como se pode notar, no Brasil o licenciamento ambiental antecede a própria Constituição Federal de 1988. Contudo, a Constituição acolheu esta Lei e elevou à condição de preceito constitucional a proteção defesa do Meio Ambiente, bem como a necessidade de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para a instalação de obra ou

atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. (MMA, 2009 *apud* FLEURY, 2013, p. 148).

Esses avanços no campo da regulamentação ambiental não se deu de forma espontânea, mas num contexto de forte pressão internacional e tensões internas encabeçadas, sobretudo, por movimentos sociais e ONGs ambientalistas. No que diz respeito às tensões internas, a publicização de inúmeras lutas, como a do seringalista Chico Mendes, bem como os inúmeros ataques à natureza, fizeram emergir grupos ambientalistas que propuseram acirrados debates em torno do desenvolvimento até então em voga no país, questionando, sobretudo, os projetos financiados e pensados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Como decorrência desses debates e das lutas dos povos marginalizados nesse processo, os órgãos internacionais suspenderam o financiamento para os grandes projetos de infraestrutura e para madeireiras industriais, condicionando o apoio a novos projetos a estudos de avaliação de impactos ambientais (ZHOURI, 2010).

A partir dos anos 1960, com os debates em torno da crise ambiental, resultantes da percepção dos inúmeros problemas ocasionados pelo modelo de crescimento econômico imposto, começaram-se a se delinear propostas que objetivam construir novas práticas que coadunassem economia e preservação ambiental. No âmbito dessas iniciativas, encontra-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972).

A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, durante a qual o meio ambiente surgiu na agenda internacional, foi proposta inicialmente pela Suécia, preocupada com a chuva ácida, poluição no Báltico, e os níveis de pesticida e metais pesados encontrados em peixes e aves. Uma assim chamada internacionalização massiva que estaria ocorrendo por mero acaso projetou sua sombra antes de seu surgimento: o lixo industrial escapa à sobra nacional, não se apresenta na alfandega, não usa passaporte. Os países descobriram que não eram entidades auto-suficientes, mas sujeitos à ação de outros países. Assim, surgiu uma nova categoria de problemas: as questões globais (SACHS, 2000, p. 118 *apud* SAN'ANA JÚNIOR, 2009, p. 257)

A Conferência colocou a questão ambiental na agenda política de inúmeras nações, construindo-a como questão global. É interessante percebermos que são os movimentos de resistência que começam a elucidar essas questões, que só posteriormente serão tomadas como políticas por nações ao redor do mundo.

Posteriormente, inúmeros debates foram forjados sobre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente, no que tange a possível extinção dos recursos naturais

como resultado daquele modelo; surgiram vários dessas preocupações, que surge a noção de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais (SANT'ANA JUNIOR, 2009, p. 258)

A formulação da concepção de desenvolvimento sustentável esteve/está submersa na preponderância da esfera econômica sobre a questão ambiental. As contestações realizadas por ambientalistas ao modelo de desenvolvimento que estaria causando inúmeros prejuízos à natureza não logrou a construção de um modelo alternativo a esse desenvolvimento, ao invés, houve uma apropriação do setor econômico desses debates no sentido de operacionalizá-lo, tornando o trato com o meio ambiente como questão que precisa ser solucionada para que o desenvolvimento se realize. Nesse sentido, Sachs (2000, p. 121) afirma que “sempre que os efeitos [...] do desenvolvimento eram reconhecidos, o conceito era esticado de maneira que englobasse a lesão e a terapia”, dessa forma, “erigindo o desenvolvimento sustentável como abrigo conceitual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente”, ressignificação que permite que o ideal desenvolvimentista não se altere.

Segundo Montaña (2014, p. 33), a política ambiental brasileira, estabelecida formalmente por meio da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), nos moldes de sua execução, tem demonstrado a opção do Estado Brasileiro “em compor um sistema articulado de instrumentos e agentes institucionais que atuam orientados pelos objetivos estabelecidos – notadamente, em busca da *compatibilização* do desenvolvimento econômico com a qualidade ambiental no país”.

Apesar dos avanços no campo regulatório, a questão ambiental no Brasil tem se restringido a mecanismo que visa efetivar o projeto de desenvolvimento em parte e ainda se configura parte de uma espécie de “racionalidade ambiental”, assim, “a maior parte das ações ambientalistas tem se concentrado nos esforços para uma pedagogia voltada para um esverdeamento do empresariado” (ZHOURI, 2010, p. 14).

Nesse processo de governança da questão ambiental, os dispositivos de avaliação de impacto e licenciamento de projetos estão relacionados com a perspectiva de desenvolvimento sustentável que se apresenta como um mecanismo que tem

despolitizado a questão e atenuado conflitos. Nesse sentido, Zhouri (2010) afirma que o licenciamento ambiental depende de uma matriz mais ampla de programas e políticas conduzidas pelo Estado, sendo condicionado, sobretudo, às ações do planejamento econômico.

O licenciamento ambiental se encontra dessa forma no bojo de uma rede mais ampla de ações que visam à efetivação dos projetos de desenvolvimento. Assim, apresenta-se não como condicionante que pode barrar determinada construção, mas somente como uma das etapas do processo de consolidação de hidrelétricas, termelétricas, rodovias, portos etc. Na maioria das vezes, quando o processo licitatório é iniciado o cronograma das obras, bem como os custos, já foram delineados.

Tal licenciamento é formulado na esfera da racionalidade científica que possui legitimidade e que dá ao processo uma aura de neutralidade e verdade irrefutável. Desta forma, no *modus operandi* do licenciamento ambiental, a técnica se produz como política (ZHOURI, 2010) e inúmeros sujeitos são silenciados, tendo seus desejos, projetos e percepções desconsiderados. Nesse sentido

[...] o que o licenciamento ambiental evidencia é um quadro de conflitos onde opera uma distribuição diferencial de poder, de forma que os segmentos sociais em disputa têm suas visões, valores, e discursos conformados pelo lugar social a partir do qual são proferidos. É a distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico que localiza os agentes no campo, oferecendo-lhes poderes distintos para enunciar e fazer valer seus respectivos projetos políticos. (ZHOURI, 2010, não paginado)

O licenciamento acaba por se converter em elemento que orientará as políticas de mitigação e compensação ambiental, configurando-se em aparato do “paradigma da adequação ambiental”. Insere-se, nesse sentido, dentro de uma estrutura que tem por objetivo final a construção de determinado projeto desenvolvimentista, em que o projeto social que o orienta não é contestado.

No processo de construção do licenciamento há um enquadramento dos valores e das experiências territoriais das comunidades atingidas. Então, toda uma diversidade de experiências é restringida e enquadrada nas categorias de meio físico, biótico e socioeconômico. Além disso, no embate em torno da execução da política ambiental há “a existência de um abismo entre os tão propagados pilares da sustentabilidade (de ordem ambiental, social e econômica) no que diz respeito à capacidade de influência que cada um exerce sobre as decisões tomadas” (MONTAÑO, 2014, p. 34). A

preponderância da esfera econômica tem inviabilizado alguns avanços na questão ambiental.

Segundo Montaña (2014), a visão cartorial que orienta a percepção da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) tem tornado tal instrumento ineficaz na medida em se aproxima de modelos de governança que objetivam dirimir qualquer situação que venha obliterar o projeto de desenvolvimento em pauta. Isso posto, a avaliação de impacto ambiental acaba não contribuindo para a incorporação de aspectos ambientais na concepção dos citados projetos.

No que diz respeito à inserção dos impactos sociais dentro da avaliação dos empreendimentos aqueles tem se restringido a descrição de indicadores demográficos e socioeconômicos (MONTAÑO, 2014), sendo assim, tais indicadores não possuem grande peso na tomada de decisões. Talvez a incidência de conflitos socioambientais represente esse desencontro de perspectivas em volta desses empreendimentos desenvolvimentistas.

Os elementos elencados servem também para pensarmos a realidade que o Relatório resultante da Avaliação de Impacto Ambiental é capaz de instituir. Tendo em vista a supremacia da racionalidade técnico- científica, bem como a forma que o Estado atua em nosso país, quem vai discordar dos dados apresentados em um documento com status de oficial? Mesmo que a realidade cotidiana de muitas comunidades se contraponha as benesses prometidas pelo (des) envolvimento, a *autoridade reconhecida* que cria o deferimento de determinado projeto não deixa espaço para contestações.

A nomeação ou o atestado pertencem à categoria dos atos ou discursos oficiais simbolicamente eficientes porque realizados em situação de autoridade, por pessoas autorizadas, oficiais, agindo em *ex officio* como detentores de um *officium (publicum)*, de uma função ou cargo atribuído pelo Estado (BOURDIEU, 1996, p. 113).

O processo de licenciamento ambiental da UTE Parnaíba foi iniciado no ano de 2011 por meio da solicitação para as atividades de Produção, Escoamento e Tratamento do Gás junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Maranhão (SEMA), pela empresa responsável por sua instalação. Para realização do trabalho foi contratada a empresa de consultoria ambiental AECOM. Na a composição das audiências públicas foram chamados além de representantes das áreas potencialmente atingidas, os movimentos sociais da região como a Associação em Áreas de Assentamento do estado do Maranhão (ASSEMA) e os Sindicatos Rurais (STTRs), organizações construídas por

trabalhadores e trabalhadoras rurais no pós-conflito na década de 1980 e que possuem influência política considerável nas áreas nas quais atuam. Além da participação nesses espaços, reuniões de caráter mais particular foram realizadas com representantes de organizações locais na tentativa de conseguir o apoio e a dissolução de possíveis conflitos por conta da implantação do empreendimento.

Em maio de 2011 a SEMA/MA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado – concede Licença de Instalação para a construção da Usina Termelétrica Parnaíba. Em agosto do mesmo ano, as empresas Duro Felguera⁴⁷ e Initec⁴⁸ foram selecionadas para a implantação da UTE Parnaíba. Em setembro, a OGX aumenta o seu domínio e passa a deter oito blocos exploratórios na Bacia Parnaíba. Segundo informações disponibilizadas no site da empresa MPX/ENEVA, em janeiro de 2012 a MPX e OGX recebem Licença de Instalação para produção de gás no Maranhão. Nesse mês, a MPX recebe a primeira turbina para a usina termelétrica e, em fevereiro, MPX e OGX dão início à fase de construção da Unidade de Tratamento de Gás e outras instalações de superfície e poços para os blocos exploratórios da Bacia, tendo recebido o primeiro gerador da UTE Parnaíba. Em setembro a OGX obtém Licença de Operação para início da produção de gás.

Inicialmente a retórica de se tratar de um processo democrático presente sobretudo, na chamada à participação nas audiências públicas fazia crer que de fato se tratava de uma construção coletiva, embora as comunidades fossem constantemente silenciadas pelo predomínio do conhecimento técnico (saber dos especialistas). Mas a realização das audiências aconteceu, seguindo orientações para a instalação desse tipo de empreendimento numa ação claramente burocrática. Sobre essa questão, Zhouri (2008, p. 103) afirma:

No Brasil, os relatos técnicos das Audiências, em geral, apenas contabilizam os participantes e as posições a favor e contra o empreendimento, como num jogo esportivo. O conteúdo do debate raramente consta dos relatos, e as dúvidas e questionamentos da população nunca são respondidas. É por essa via que as comunidades atingidas, como sujeitos ativos, são negligenciadas e transformadas em meras legitimadoras de um processo previamente definido.

Boltanski (2009, p. 179 *apud* FLEURY, 2013, p. 163) afirma que “diferentes metafísicas políticas lidam com o problema incontornável apresentado pela integração de mudanças contínuas à ordem estabelecida”. O autor afirma ainda que a medida que o tempo passava, a reivindicação de que tudo é político foi respondida com a afirmação de que tudo é científico, isto é, reservado a autoridade dos experts. Esse contexto

configura um novo modo de dominação, onde a definição de política está quase totalmente subordinada ao poder da expertise (BOLTANSKI, 2009, p. 185 *apud* FLEURY, 2013 p. 163).

Nesse modo de dominação que o autor compreende como sendo gestonária, por se assemelhar as técnicas de gestão, os dispositivos que garantem a dominação são orientados pelo argumento de uma mudança contínua que só pode ser interpretada pelas instituições que se sustentam em uma forma de autoridade exercida pelos experts. Nesse contexto, “a crítica se vê facilmente absorvida nos dispositivos de dominação onde ela é reinterpretada através das formas que lhe atribuem as instâncias científicas e técnicas” (BOLTANSKI, 2009, p. 204 *apud* FLEURY, 2013 p. 164).

Segundo relatos de militantes inseridos em movimentos sociais na região estudada, o período de chegada da empresa foi marcado por uma profunda desarticulação de alguns movimentos em consequência das estratégias de convencimento utilizadas e que previam a atuação dessas organizações como executoras da política de responsabilidade social da empresa em troca de parcelas de recursos. Como algumas se mantiveram contra, isso acabou gerando desentendimentos entre essas organizações fragilizando “as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, suas condições de representação e os próprios atos de delegação” (ALMEIDA, 2012, p. 66).

É preciso enfatizar que na arena das audiências públicas para a liberação da construção da obra existem capitais em jogo que estão inteiramente relacionados com os usos e representações legítimas do território. Acselrad (2004) discrimina dois espaços onde se definem as relações de poder na sociedade: o primeiro é o espaço de distribuição do poder sobre os diferentes tipos de capital, sobretudo, o capital material; o segundo é o espaço em que se confrontam as representações que legitimam a distribuição de poder existentes no primeiro espaço. Nesse sentido, durante as audiências para o licenciamento aqui estudado, situavam-se de um lado empresa, poder público local, técnicos etc., e do outro lado as comunidades e representantes de alguns movimentos sociais. Normalmente, os estudos e dados apresentados sobre os impactos da implantação da empresa eram colocados dentro do espectro técnico que não deixava margens para entendimento para aqueles que não dominavam os códigos. Além disso, a empresa possuía o capital material necessário para construção da obra e pagar os possíveis danos resultantes.

Uma outra questão diz respeito “as questões de língua e racionalidade” presentes nesses espaços. Os meios e mídias utilizados pelo empreendedor não possibilitava uma efetiva comunicação entre os participantes nas audiências e outras reuniões. Uma das principais questões nesse quesito faz referência ao fato de que Demanda e outras comunidades afetadas pelo empreendimento possui um índice elevado de analfabetismo, apontado inclusive no EIA/RIMA apresentado pela Eneva/MPX. Sobre essa questão uma moradora comenta “eu mesmo não assino mais papel, porque eu sou analfabeta, eu mal sei assinar meu nome. Eu sei lá o que eu estou assinando. (...) E não é só eu não, aqui tem muitos assim.” (I. A. S, quebradeira de coco babaçu).

Nesse sentido, a língua escrita, principal instrumento utilizado pela empresa, não conseguia ser instrumento efetivo de comunicação num espaço em que a tradição oral sempre foi mais forte.

Para cooperarem, as pessoas precisam entender, e competência comunicativa não é um recurso igualmente distribuído dentro das redes de desenvolvimento. Além disso, a competência linguística como percebeu Bourdieu não pode ser separada da análise de poder. Quem fala, para quem, através de que mídia e em quais circunstâncias construídas, são elementos vitais de qualquer processo de comunicação (RIBEIRO, 2008, p. 120).

Sobre essa questão, J.V.M, um dos moradores mais antigos da comunidade, argumenta:

Quando chega lá (nas reuniões), joga um quadro numa parede e larga botando figura... Eu digo não quero saber disso não moço. Não entendo nada. (...) Não gosto desse negócio de reunião, não vou mentir. Não gosto porque eles começam a levar um negócio por aqui de um jeito, aí vem outro (assunto) e já vai pra acolá. Não, fulano agora e lá vai para outro rumo. Aí eu perco o rumo do negócio.

J. R.C, morador da comunidade Demanda, afirma que “eles falam muito bonito, parecia tudo verdade e a gente acreditou”. Destarte, as diretrizes participativas previstas no licenciamento ambiental não impedem “a imposição da política do silêncio dos atingidos” e os moradores da área afetada acabavam falando do lugar que se esperava que falassem, “o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso” (ZHOURI, 2012). Afinal, era a voz do conhecimento técnico que dizia, por exemplo, que o forte cheiro de gás oriundo da exploração do material não afetaria a saúde dos moradores, mesmo que isso contrariasse a lógica do grupo atingido. Sobre essa questão um dos moradores relatou que durante uma reunião com representantes da empresa, eles

reclamaram do cheiro forte de gás que estavam respirando diariamente e um técnico da empresa prontamente respondeu que aquele gás que os moradores estavam tendo que respirar era semelhante ao liberado por um pequeno vazamento no botijão de gás de suas casas. Quando indagado pelos moradores se ele (o técnico) ficaria com um botijão vazando em sua casa, ele não respondeu.

Além dessas questões que concernem mais aos moradores das comunidades próximas ao empreendimento, houve uma tentativa por parte da MPX/ENEVA de transferir sua responsabilidade no processo de compensação e mitigação dos riscos ocasionados com a instalação da UTE para terceiros.

Eu lembro que não foi a ASSEMA que procurou a empresa. A gente vinha acompanhando a movimentação da instalação do empreendimento por meio das audiências públicas né? (...) Depois das audiências a empresa começou a procurar as organizações, a gente recebeu funcionários da MPX aqui... Eles queriam saber como a ASSEMA poderia contribuir com esse empreendimento no sentido de pensar alguma proposta de desenvolvimento para a região. (...) E também apresentaram que a empresa reconhecia que haveria alguns impactos socioeconômicos e ambientais e que fazia parte do compromisso dela desenvolver alguma proposta de mitigação dos riscos e nessa ação de mitigação estaria aberto para as organizações que conhecem a região propor alguma coisa. Mas algumas organizações discutiram que os impactos causados pela empresa deveria ser mitigado por ela mesma. Nós estávamos avaliando que isso não era de responsabilidade nossa, seria muito cômodo para a empresa botar dinheiro na mão de alguém para limpar a sujeira que eles fizeram (Silvanete Matos, coordenadora técnica da ASSEMA).

As ações de mitigação que se seguiram à instalação da UTE serviram apenas como condicionantes para colocar em pleno funcionamento a produção de energia. Assim, predomina uma visão hegemônica e pautada na lógica do mercado de uso e propriedade dos recursos naturais e de territórios sociais. A exemplo desse processo temos a forma como o deslocamento da comunidade Demanda foi realizado, bem como a empresa gerencia os direitos daquelas famílias e a concepção de organização social no novo lugar.

De acordo com relatos dos moradores, bem como do que pode ser constatado com visitas ao campo de pesquisa, os impactos socioambientais ocasionados com a instalação do empreendimento se referem, sobretudo, à destruição da principal área de extração do coco babaçu e fonte de renda das mulheres, bem como de açudes e poços, além da interdição de caminhos tradicionais utilizados pelo grupo. Além disso, as famílias de Demanda passaram a conviver com o barulho das turbinas, o forte odor de gás, água contaminada, escassez de alimentos e com a paralização das atividades econômicas que, no geral, ficaram interrompidas.

4.2 Extinção do babaçu e interdição dos caminhos tradicionais

A empresa MPX/ENEVA instalou a UTE numa área que continha uma extensa reserva de palmeiras babaçu, acessada pelas famílias de Demanda há gerações. No EIA/RIMA é assinalado que “para a instalação da UTG e dos gasodutos será necessária a limpeza da área de pastagens com babaçu e fragmentos de babaçu” (RIMA, 2011, p.30). Como medida para minimizar os efeitos o relatório apresenta o Programa de Compensação Ambiental e o desvio, o máximo, possível, das áreas de influência do babaçu. A realidade se mostrou diferente, houve a devastação considerável de babaçuais, afetando a atividade das quebradeiras de coco. Numa tentativa de compensação desse dano, a empresa se responsabilizou por plantar 700 mudas da palmácea, que não vigoraram. É importante frisar que o próprio plantar contraria os princípios das quebradeiras, sobretudo daquelas organizadas em movimentos como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) para quem a palmeira se reproduz naturalmente num processo que lhe é próprio. Afinal o plantar representaria ainda a propriedade da palmeira, contrariando o princípio do livre acesso aos babaçuais.

O processo de desgaste do solo com a conseqüente diminuição da incidência da palmeira de coco babaçu veio aumentando gradativamente com a intensificação dos trabalhos no gasoduto. De acordo com I.A.S moradora da comunidade Demanda e quebradeira de coco, “o babaçu não dá mais como dava, diminuiu bastante. Além da obra ser feita na terra mais baixa, as outras terra que eram encostadas os matos engrossaram e coco não dar muito em mato grosso. Ele gosta é de terra limpa”.

Esse palmeiral, área vital para a economia desse grupo, devastado completamente pelo empreendedor para instalar as usinas, é descrito pelas famílias como um local de grande incidência de babaçu e assim, pelas condições de umidade e de outras características do solo, propiciava um maior desenvolvimento das palmeiras. Em relação a esse aspecto, as quebradeiras de coco de Demanda explicam que as palmeiras dessa área eram mais baixas, facilitando a coleta, além de apresentarem muitos cachos de coco por palmeira o que é entendido como sinônimo de fartura.

Em decorrência da extinção da principal fonte de renda das mulheres de Demanda, a empresa lançou o “Programa de Ações para Atividade Agroextrativistas” que visava mitigar os efeitos da ação sobre enfraquecimento econômico das famílias. A

principal ação do programa consistia em fazer o ressarcimento pelas perdas materiais em função da supressão do babaçual, em forma de recurso monetário, considerado baixo pelas famílias. Esse processo inseriu as quebradeiras de coco numa situação de vulnerabilidade econômica e consequente dependência da empresa

O repasse do recurso estava condicionado à participação das mulheres em cursos e capacitações. Ao impor critérios obrigatórios como condição às *quebradeiras de coco* para acessar valores financeiros da compensação, as mulheres se submetiam a uma relação de dominação

Ai foi feito os cursos, aí as quebradeiras participam e eles davam aquele dinheiro. Começou de 150 reais, aí foi para 200, até 300 reais. Foi um período de dez meses. Só que não era todo mês que eles pagam não. Mas como era um dinheiro que eles diziam que era *dado*, o jeito era esperar (J. O. S, quebradeira de coco babaçu).

A situação descrita acima demonstra que a empresa através do seu programa de compensação impõe um novo modo de viver para as quebradeiras, que a partir de então não possuíam mais coco para quebrar e ainda tinham que usar seu tempo para participar e cursos que muitas vezes só ensinavam o que elas já sabiam. Como afirma I. A.S, “eu não gosto de ir para o curso, porque vão ensinar a fazer coisas do coco, e de coco eu já sei”.

Um outra moradora ao falar sobre a obrigatoriedade da participação nos cursos para recebimento do recurso, aponta uma situação bem problemática. A questão diz respeito à desconsideração pela empresa das condições socioculturais da comunidade, ao exigir a participação das quebradeiras num curso de informática, sendo que a maioria ou não sabem ler ou possui instrumentos bem rudimentares para utilização da língua escrita.

Teve vários cursos, teve de informática, até eu fui. Agora aprender, aprender eu creio que ninguém...porque é rápido né? A gente que não tem costume tudo é mais difícil, você que quebra coco pra de repente pegar num computador é diferente. Porque também nem toda mulher daqui sabe ler (...) Você vai pegar num computador isso ali pra você é inglês, você fica perdida. Não sabe se tá de cabeça pra baixo, se tá direito (N. A. C, quebradeira de coco babaçu).

Ao impor critérios obrigatórios como condição às quebradeiras de coco para acessar valores financeiros da compensação, ao mesmo tempo em que esses critérios inserem as mulheres num contexto de desrespeito aos seus saberes, a empresa as

submetia a uma relação de dominação. Assim, a própria maneira de ser dos grupos se torna razão para intervir e torna-los mais ocidentalizados ou “desenvolvidos”. O desenvolvimento é meio de modificação (PERROT, 2008).

Dessa forma, o “Programa de Ações para Atividade Agroextrativista” é contraditório em sua definição, pois fere os direitos das quebradeiras e impõe arbitrariedades, desvalorizando um tipo de ofício, um modo de fazer fundamental para a reprodução material e social do grupo. Sobre essa questão, Neves (2008, p. 38) afirma que “o suposto beneficiário não se constitui sem passar pela reclassificação dos agentes interventores”, além disso, nesse processo “os recursos (materiais e imateriais) não são absorvidos sem exercícios específicos de tradução e de reconhecimento de sentido, tal como demonstram os investimentos dos mediadores em espaços de disciplinamento e incorporação de novos saberes”.

Além da problemática apontada acima, os moradores da comunidade Demanda reclamavam da interrupção dos caminhos tradicionais operada pela empresa. Quando MPX adquiriu o terreno para iniciar o processo de instalação da UTE, cercou o perímetro de sua propriedade. Na época, intencionou construir, em determinado trecho da estrada principal do povoado, que o liga à BR-135, uma espécie de portaria de acesso às suas áreas. A ação tal construção era estratégica para o acesso da empresa às suas áreas, mas para as famílias de Demanda, essa situação indica uma invasão, uma intrusão ao território da comunidade. É também uma violação ao direito básico de ir e vir.

O início foi bom, como todo início. Eles falaram que ia acontecer muitas coisas boas, ia ser nossos vizinhos, mas depois que começaram a expandir mesmo a empresa lá, fizeram um meio lá que ninguém encostava lá (...) fizeram uma cerca pra frente o pessoal da comunidade que já era acostumado andar lá já não podia mais né? Começou a gerar energia e já ficou um pouco mais perigoso, eles diziam. (J.O.S quebradeira de coco).

A questão que se coloca com essa tentativa da empresa em construir a portaria é o monitoramento absoluto sobre as idas e vindas de pessoas ao povoado. A MPX, dessa forma, tenta instituir-se enquanto autoridade para decidir e controlar sobre a mobilidade do grupo.

Além dos prejuízos físicos à estrada principal os moradores sofrem constrangimentos quanto à autonomia da mobilidade e de acesso aos caminhos tradicionais. Sobretudo, as quebradeiras de coco babaçu que passaram a se sentir

constantemente vigiadas por funcionários da empresa enquanto circulam por caminhos que costumavam percorrer para a coleta do coco.

Na estrada que nós andava eles interromperam um pedaço. Outro dia eu fui para o mato com minha irmã e o homem perguntou pra onde é aqui nós ia, vendo nós com o cofo na cabeça. Eles disseram que não queria mais gente passando lá. Só que eu tô esperando, eu passo lá. Eu quero que um deles me encontre, que eu vou dizer pra ele que quando eles chegaram com essa obra aqui eu já existia aqui na Demanda (I.A.S, quebradeira de coco babaçu).

A questão que se coloca com o relato acima diz respeito a ausência de equidade. Há uma diferenciação de poder no acesso ao espaço, ao mesmo tempo que converte os moradores locais, a partir do olhar da empresa, em *outsiders* no seu próprio território. A vigilância conduzida pela empresa se estende até mesmo ao centro da comunidade, onde se localiza um poço que é utilizado por toda a comunidade e onde as mulheres sempre ao amanhecer do dia buscam água para suas atividades domésticas.

A gente tem medo. Pra todo lado que a gente anda a gente topa com muito homem, ai aonde os caminhos que a gente anda a gente topa muito carro. E além da gente ter medo, a gente tem vergonha porque o pessoal não poder ver a gente que é filmando a gente. Agora a gente não pode mais atravessar o campo para pegar água porque o pessoal da empresa não pode ver a gente que vai logo filmando (I. A.S, quebradeira de coco babaçu).

Os relatos possibilitam refletir sobre possíveis novas formas de cercamento dos camponeses, que não se efetivam com a materialidade das cercas, como ocorria nessa mesma região na década de 1980, mas pelo aspecto simbólico subjacente ao processo de apropriação do território do grupo, neste caso, através da interdição dos caminhos tradicionais ao grupo e a proibição ao seu acesso (COSTA, 2015).

Nesse sentido, a empresa ressalta apenas o aspecto físico do espaço desconsiderando as relações sociais existentes, forjadas historicamente pelas famílias no uso dos recursos daquela área e que se forjaram bem antes da instalação da UTE. Institui uma invisibilidade sobre o território conformado pelo grupo ao longo de gerações. O que é problemático é a classificação do espaço, de modo que, a área onde está instalado o empreendimento, é vista pela empresa apenas juridicamente, ou seja, como propriedade privada. Para as famílias de Demanda aquele mesmo espaço faz parte do seu território.

4.3 Não pode casar, não pode plantar, não pode colher.

No EIA/RIMA da UTE Parnaíba o empreendedor aponta a questão dos impactos sobre as condições de reprodução econômica e social da comunidade de Demanda, propondo-se a desenvolver plano de reassentamento do grupo para outro local. Conforme os impactos identificados foram previstas medidas para evitá-los, diminuí-los ou compensá-los por meio dos Programas Socioambientais para os chamados Meio Físico, Meio Biótico e Meio Socioeconômico. O Plano de Reassentamento está inserido neste último Programa.

O Programa de Reassentamento, chamado pelo empreendedor de voluntário, teve início com o processo de cadastramento das famílias de Demanda (julho de 2011 a julho de 2012). O reassentamento das famílias estava previsto para ocorrer, inicialmente, em janeiro de 2014, segundo o cronograma da empresa, alterada para o final do primeiro semestre de 2014, conforme indicado à SEMA, órgão licenciador do empreendimento (ICP, 2011, p.269). Importante frisar que o processo de deslocamento das famílias de Demanda serão melhor detalhadas no capítulo seguinte, aqui se pretende refletir sobre as condições e conflitos que o *tempo de espera* pela mudança para o novo lugar ocasionou.

Após o processo de cadastramento das famílias para o reassentamento, o grupo passou a viver de acordo com regras e impeditivos colocados pela MPX. Segundo relatos dos moradores de Demanda, após assinarem o termo de adesão ao reassentamento práticas costumeiras de produção e reprodução social começaram a ser administradas pelo empreendedor. Ficou impedida a construção de novas unidades residenciais, impactando a permanência das gerações mais jovens, além da plantação de novas *roças* de onde as famílias tiravam seu sustento.

Se eles tivessem cumprido o acordo de um ano, tava certo. Aí começou passar u ano, u ano e meio, dois anos e *nós parado no tempo*. Eles até proibiram de botar roça, hoje eles diz que é mentira, mas eles falaram. A gente *não podia botar uma roça*, brocar porque o empreendimento já tava funcionando e a questão do fogo, eles com medo da gente não controlar e passar a gente não podia fazer (Morador que não quis ser identificado, Demanda).

Além do fato do empreendedor impedir a produção socioeconômica dentro da comunidade pela justificativa dessas “novas construções” não serem indenizadas quando da mudança para a nova área, em função das famílias não terem conhecimento do cronograma completo da execução do reassentamento não conseguem planejar a

vida, nem cuidar dos seus espaços, exercer atividades econômicas, na expectativa de que o reassentamento seja realizado.

Lá no termo, no censo, o pessoal da empresa lia pra você antes de você assinar e deixava bem claro: a partir de hoje você não pode mais mexer na sua casa, não pode fazer uma reforma, *você não pode plantar* mais nada. Porque nada vai ser indenizado. (R.A.N, /Demanda).

Esse contexto de indefinição social criou para as famílias de Demanda uma nova temporalidade plasmada nas regras colocadas pela empresa. É a produção do gás que define os caminhos a serem seguidos, é o tempo dele que nesse período de espera estava regendo.

Tá todo mundo desempregado. O povo não bota mais roça, vai ficar difícil aqui. De primeiro o pessoal botava roça, tinha juquira, esse terreno ai era todo debaixo de quinta. Tinha a temporada dos homens roçar a juquira, os homens ganhava seu dinheiro. As mulheres ia quebrar coco. Isso não existe mais aqui. Os pés de árvore que a gente plantou tá é morrendo, e o pessoal nunca mais plantaram nada. Aqui já teve casa que já fez foi cair. O pessoal da empresa é só iludindo o povo, dizendo que o povo vai sair. Nós mesmo compramos uns tijolo para construir um banheiro aqui e não construímos. Porque disseram todo mundo vai sair mesmo. Aí a gente vai construir alguma coisa pra que? (I.A.S, Demanda).

Além do que foi mencionado, no tocante ao cadastramento há ainda a discussão do número de famílias que constituem a comunidade, pois muitas vezes o recenseador do chamado empreendedor confundiu os conceitos de família e de unidade residencial. Numa mesma unidade residencial pode-se registrar mais de uma família, situações omitidas pela empresa, para fins de remanejamento para nova área.

Além disso, está em jogo a disputa por uma definição de identidade, de quem pode ou não entrar nos critérios do reassentamento. A classificação dos sujeitos é feita por pessoas externas ao grupo, desconsiderando práticas e critérios de reprodução social.

Segundo eles essas pessoas não preenchiam os critérios exigidos pela empresa.

P: E quais são os critérios?

E: Tinha que ter residência no local antes deles chegarem, tinha que ter não só o homem, mas o marido, a mulher e filho morando junto. Por que, por exemplo, tinha caso de mãe de família que tinha filho mas não tinha marido e morava na casa do pai. Uma pessoa dessa não tinha como ganhar uma casa, não preenchia os critérios exigidos pela empresa (R.A.N, Demanda).

No período de mais de três anos no qual a comunidade ficou aguardando a mudança para o novo local, outras famílias foram se formando. Da mesma forma que os moradores foram instruídos a não plantar, havia também uma outra regra subjetiva criada pela empresa: *não pode casar*.

O primeiro cadastro foi feito em Julho de 2011. Em julho de 2012 foi renovado esse cadastro. Nessa época minha casa lá só era armada, ai eu entrei no cadastro, mas foi com a maior luta ainda. Ainda não queriam me colocar, porque eu casei depois (R.A.N, Demanda).

Várias famílias foram excluídas do Programa de Reassentamento e solicitaram, via Defensoria Pública, inclusão. Dez situações foram avaliadas pela MPX e somente cinco foram atendidas, porém com diferenciações em relação ao que fora acordado no Termo de Adesão. Os que foram contemplados receberiam unidades habitacionais menores, com 80 m² dentro do lote de seus pais sem os três hectares, com diferença de cômodos (dois dormitórios), mas com saneamento básico, abastecimento de água potável encanada, energia elétrica, banheiro interno, espaço para lavagem de roupas e com o seguinte mobiliário: móveis para os quartos e sala, cozinha com fogão, geladeira e armários (COSTA, 2015).

A busca do reconhecimento das famílias não contempladas pela empresa demonstra o processo de reafirmação da condição camponesa, por se considerarem membros legítimos da comunidade, por terem nascido e crescido em Demanda, por trabalharem ali, terem seus parentes enterrados naquela localidade, independente se conseguiram construir casas na sede do município, se passaram uma temporada fora para trabalhar, ou para acompanhar seus entes, ou se casaram após o preenchimento de um cadastro. Com isso, percebemos o conflito entre visões distintas de mundo sobre as formas e regras de constituição de família e moradia.

Dessa forma, as famílias estão sujeitas a uma situação de interrupção social, vivendo à espera da efetivação do reassentamento. Neste caso, as famílias não possuem controle e autonomia para planejar nem o presente nem o futuro, pois estão submetidas à imposição de um *tempo de espera*.

Ribeiro (2008) utiliza a noção de dramas desenvolvimentistas para se referir ao encontro entre comunidades locais e *outsiders*. Nesses encontros há uma diferenciação de poder que coloca na mão de quem chega a capacidade de planejar o futuro de uma determinada comunidade. Assim como na comunidade Demanda, “antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber

que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas” (RIBEIRO, 2008, p. 122).

As reflexões contidas nesse capítulo demonstram a tensão entre técnica (licenciamento) e fragilidade da comunidade tentando ver direitos atendidos. Além disso, é possível identificar também o descompasso entre o modo de viver de grupos sociais que não se orientam pela centralidade da propriedade privada e a empresa que age num marco jurídico ocidental típico. Assim, o “desenvolvimento” prometido para a região tem como efeito alterar a dinâmica da vida tão fortemente que burocratiza e enrijece as relações e a economia tradicional. Com o processo de deslocamento compulsório da comunidade Demanda, esse processo de burocratização da vida das famílias se potencializa, como demonstrará o capítulo seguinte.

5 DE POSSEIROS A BENEFICIÁRIOS: NOVA DEMANDA E O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

Após a instalação e começo do funcionamento da UTE Parnaíba a promessa de uma relação de vizinhança foi substituído pelo discurso da necessidade dos moradores da comunidade Demanda se retirarem do seu território pelos riscos trazidos com a instalação

Em atendimento à Legislação sobre o tratamento de populações tradicionais, presentes no Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, a MPX apresentou ao órgão licenciador (SEMA), em seus estudos socioambientais, os chamados “Programas de Ações”. Estes Programas orientam a execução de medidas de gestão, compensação e mitigação por danos e impactos ambientais sofridos pelas famílias de Demanda. Dentre estes, se encontra O Plano de Reassentamento Voluntário da comunidade Demanda. Segundo estudos técnicos da empresa, este programa visa:

A implantação do Plano de Reassentamento abre à Comunidade da Demanda a possibilidade de escolha, por meio de processo transparente e participativo. Tem como objetivo evitar possíveis efeitos negativos associados à implantação do empreendimento e sua operação. Atualmente a maior parte da comunidade vive em condições precárias de habitação, infraestrutura, trabalho e renda. Este Plano objetiva ainda a melhoria na qualidade de vida da população residente na comunidade da Demanda (RIMA UTE PARNAÍBA, 2011, p. 968).

Além da apresentação da ideia de risco pela empresa para justificar o deslocamento da comunidade Demanda, discutida em capítulo anterior, nota-se a utilização de um discurso que olha para aquela realidade a partir da ideia de falta. Dessa forma, há uma percepção etnocêntrica e uma desvalorização do modo de vida das famílias pois o grupo é classificado como vivendo em condições precárias de habitação, infraestrutura e renda e, do ponto de vista da empresa, somente o reassentamento voluntariamente proposto possibilitaria a mudança daquela condição. Atribuindo a ENEVA um papel de redentora no processo de desenvolvimento.

Uma das justificativas acionadas pelo setor elétrico para a produção de um discurso de legitimação de suas intervenções é o reduzido nível de desenvolvimento sócio-econômico da região onde se localiza o empreendimento hidrelétrico, cuja aferição é geralmente realizada através dos chamados diagnósticos ‘sócio-econômicos’ e de uma série de levantamentos “técnicos” que informam sobre a realidade social sob intervenção (MAGALHÃES, 1992, p. 26-27).

Na leitura do Estudo de Impacto Ambiental da UTE Parnaíba, é possível perceber que a empresa se coloca como agente benevolente ao pensar sobre os riscos com os quais as famílias poderiam conviver com a instalação do empreendimento, se propondo voluntariamente a realizar um Plano de Reassentamento, uma vez que, segundo ela, as famílias não se encontravam dentro da propriedade do projeto a ser desenvolvido.

A MPX se comprometeu a, voluntariamente, desenvolver um Plano de Reassentamento da comunidade da Demanda, considerada tradicional de acordo com o Decreto 6.040/2007. O Plano será desenvolvido de acordo com as premissas do Padrão de Desempenho do *International Finance Corporation* (IFC)-PS5. Com este compromisso do empreendedor a expectativa é de que o reassentamento seja uma oportunidade para a reestruturação dos meios de produção e reprodução econômica e social da comunidade, da configuração das relações sociais, das referências culturais, dos meios tradicionais de subsistência, dos hábitos e costumes da comunidade. Portanto, espera-se que ocorram melhorias das condições de moradia, de trabalho, de produção, renda, da oferta dos serviços de infraestrutura e, conseqüentemente, da qualidade de vida das famílias que compõe a Comunidade da Demanda. Destaca-se que serão propostas ações para a manutenção dos hábitos tradicionais desta comunidade (RIMA UTE PARNAÍBA, 2011, p. 46).

Como demonstra o trecho acima para a empresa esse Programa é uma ação espontânea e voluntária. Do ponto de vista dos moradores locais, a aceitação do Programa pelas famílias tem um caráter de obrigatoriedade, pois as conseqüências trazidas com a instalação do empreendimento tornaram inviável a vida no lugar, em função sobretudo do ar contaminado pela produção de gás. A questão é que os termos voluntário e obrigatório expressam conteúdos políticos e que a expressão reassentamento voluntário esconde o processo social de deslocamento compulsório das famílias de Demanda (COSTA, 2015). Afinal, “não é reassentamento voluntário como eles dizem, porque se eles não tivessem chegado aqui a gente não precisava ir embora (N.A.C, quebradeira de coco babaçu, comunidade Demanda).

Segundo aponta Magalhães (2007) o termo reassentamento, em relação aos chamados *grandes projetos de desenvolvimento*, aparece na literatura ligado ao adjetivo *involuntário*, que pressupõe a condição de deslocamento obrigatório, imposto pelos grandes empreendimentos às populações a serem reassentadas.

De origem anglo-americana, a expressão *reassentamento involuntário* (*involuntary resettlement*) foi forjada para designar os processos de deslocamento compulsório decorrentes de intervenções propugnadas em razão de estratégias de

desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às grandes obras de infraestrutura (MAGALHÃES, 2007, p. 14). A definição de reassentamento *involuntário*, segundo identifica Magalhães (2007) é uma criação capitaneada no âmbito das políticas de financiamento do Banco Mundial, através do BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Nesse sentido, não há, portanto, a ligação entre reassentamento e o termo voluntário. O chamado reassentamento *voluntário*, enquanto designação para o Programa de Reassentamento da comunidade de Demanda, pode-se supor, é invenção da empresa para estabelecer-se enquanto provedor espontâneo de possíveis melhorias sociais das famílias de Demanda e eximir-se dos problemas relacionados ao deslocamento compulsório (COSTA, 2015).

Magalhães (2007, p. 129) o termo “reassentamento”, deriva de “assentamento”, o mesmo tem origem numa formulação do próprio Estado, na execução de sua política agrária advinda das violentas disputas históricas de acesso à terra no país. Com objetivo de marcar a diferença dos assentamentos decorrentes do deslocamento compulsório de outros provenientes da luta histórica por terra, pesquisadores vêm utilizando-se do prefixo “re”, sugerindo o sentido político do termo assentamento.

É preciso enfatizar ainda, que o termo assentamento, mesmo o empregado no caso da reforma agrária, tem uma base ideológica que pressupõe o Estado como provedor de terra para os camponeses, e aquele que insere esses trabalhadores na terra, quando, na verdade, na maior parte das situações, é o camponês que ou já estava na terra e lutou pra permanecer ou estava fora e lutou para entrar, estando a atuação do Estado circunscrita a uma ação de mera regularização fundiária (PAULA ANDRADE et al., 1996). Como aponta Costa (2015), o que há de problemático nas concepções dos termos em questão é que existe uma classificação política e ideológica sobre o camponês, que desconsidera sua luta.

Conforme Magalhães (2007, p. 14) “deslocamento compulsório é o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou transferir-se de suas casas e/ou de suas terras”. Pontua ainda que há, nesse sentido, um cerceamento do poder decisório do próprio grupo social nesse processo.

Almeida (1996, p. 30) define deslocamento compulsório, como:

[O] conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos.

Carvalho Martins (2012) enfatiza a importância de compreendermos que os deslocamentos de povos, grupos, populações humanas não se vinculam ao caráter espontâneo dos movimentos humanos. A autora problematiza ainda as abordagens que apresentavam os deslocamentos a partir do

acionamento das categorias *emigração* e *imigração*, dos quais derivariam outras, correlatas, como *emigrado*, *imigrado*, *imigrante*, que por si só não geravam conceitos derivados, esgotando-se em si mesmos. As análises centravam-se na identificação dos pontos de partida e de chegada e os autores não analisavam as causas e consequências das migrações (CARVALHO MARTINS, 2012, p. 119-120).

Dessa forma, “a afluência e o movimento contínuo de alguns grupos sociais implica historicamente a expropriação, a deslocalização compulsória e a respectiva localização de outros” (ZHOURI, 2010, p. 443).

Mendonça (2017) alerta para a existência de um paradoxo nos processos de deslocamento de povos e comunidades tradicionais, tendo em vista que esses processos são legitimados pelo discurso de promoção do progresso e para tanto é necessário excluir esses povos para então incluí-los no desenvolvimento.

A respeito das justificativas utilizadas por agentes promotores do chamado desenvolvimento para deslocar povos e comunidades que vivem nas áreas pretendidas, Almeida (1996) avalia que há um discurso formal que tende a naturalizar determinados sacrifícios e/ou que defendem serem esses passíveis de reparação monetária.

Nas situações sociais ora privilegiadas o elemento invariante remete a aparelhos de poder específicos, quais sejam, agências chamadas de “desenvolvimento” que acionam mecanismos coercitivos, impondo aos demais o cumprimento de seus desígnios, invariavelmente apresentados como obras necessárias ao “progresso e à modernização” para melhorar as condições de vida da sociedade como um “todo”. Consoante esta mobilidade de discurso, a execução dos “projetos de infraestrutura” com o deslocamento forçado de “alguns” torna-se imperioso para que se possa produzir o “bem estar de todos” (ALMEIDA, 1996 p. 30).

Em relação a comunidade Demanda, o que se depreende dos relatos dos entrevistados é que inicialmente não havia desejo por parte das famílias de sair da

comunidade, afinal muitas das famílias construíram toda sua vida naquele território. Os moradores relatam que até se opuseram ao Programa de Reassentamento, porém diante do cotidiano insalubre a que foram submetidos com a instalação da UTE, bem como das pressões da empresa, terminaram por assinar um Termo de Adesão ao Reassentamento Voluntário de Demanda. Se coloca assim para a comunidade, um cenário que Isabelle Stengers chama de alternativas infernais, este se caracteriza, sobretudo, pela morte da escolha política e pela impossibilidade de pensar o futuro.

A mudança da recusa para a assinatura do termo de adesão ao Programa de reassentamento se deu, principalmente, conforme aponta Costa (2015) em função do trabalho de técnicos contratados pela MPX no convencimento das famílias que, por um lado, enfatizavam os riscos concernentes às operações do Complexo Parnaíba – como explosão, vazamento de gás, contaminação por resíduos, etc. – e, por outro, ressaltavam as melhorias para as famílias que, supostamente, trariam o Programa de Reassentamento. A intervenção da empresa através do Programa de Reassentamento, procurando demonstrar que teria um caráter beneficente, abstrai, segundo Magalhães (1992, p. 60), a participação política dos camponeses, no qual ganham destaque expressões de doação, tais como: ajuda, destinação, benefícios, etc.

Ao analisar o processo de construção da hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará, Magalhães (1992) observa que a ELETRONORTE, empresa responsável pelo empreendimento, se apresenta no material analisado pela autora enquanto beneficiadora de populações atingidas. Destarte, a forma concessiva apresentada pela empresa ELETRONORTE faz alusão a um tipo de dominação ideológica dos camponeses daquele contexto. A concessão de lotes, casa, etc. é apresentada pela ELETRONORTE como o produto objetivado do desenvolvimento no nível local gerado pelo empreendimento.

Uma questão central na análise desse processo imposto pela empresa às famílias da comunidade Demanda diz respeito a “transformação” da condição de posseiros, extrativistas (no caso das quebradeiras de coco babaçu) em beneficiários. Essa nova condição imprime uma relação distinta entre trabalhadores e o território, na relação dos moradores entre si e, sobretudo, entre a empresa e as famílias. Ao que parece esse contexto cria um modo específico de dominar, não pautado simplesmente nos discursos de melhoria da condição de vida das famílias (sobre as benesses do desenvolvimento) utilizados pela empresa num tempo anterior ao deslocamento, mas que se configura agora como uma dominação caracterizada pelas técnicas de gestão e governança,

administração da população por meio do reordenamento territorial, estabelecimento de novas relações de trabalho e sobretudo, pela condição de dependência financeira das famílias.

Brigg (2002) afirma que a força do desenvolvimento se constitui pelo seu modo sutil de poder positivo, caracterizado por um tipo de administração. Nesse sentido, torna-se interessante pensar, por exemplo, as diferenças no tratamento dispensado aos direitos socioeconômicos (e também territoriais) das comunidades tradicionais nesse contexto de implantação de um projeto de desenvolvimento e o modo como foram expropriadas as comunidades rurais, nessa mesma região em análise, no contexto dos conflitos agrários da década de 1980, marcada pela violência física e assassinatos de trabalhadores. Por outro lado, como salienta Escobar (1995) ao analisar o dispositivo do desenvolvimento, a violência não é um efeito do descaso, do acesso desigual a políticas e dos efeitos prometidos e não cumpridos dos programas. Ou seja, "a violência e a desigualdade não são resultadas das contradições da mudança social induzida, mas é o resultado próprio do dispositivo como um todo, ao movimentar, planejar, dispor e quantificar a vida das pessoas" (RADOMSKY, 2013, p.153).

Essa discussão sobre como opera o poder dentro da lógica do desenvolvimento, nos remete ainda ao que Michel Foucault (2002) denominou biopoder. A noção de biopoder possibilita a compreensão das relações de poder que não se aproxima das definições convencionais que adjetivam estas relações como apenas coercitivas, limitantes, negativas. Premebida e Almeida (2006) afirmam que as relações de poder também se dão pelo viés positivo, na construção de espaços de liberdade, de saúde, de desenvolvimento. Nesse sentido, "as relações de poder instituem positivities através, e ao mesmo tempo, em que constituem práticas, sujeitos e saberes". (PREMEBIDA; ALMEIDA, 2006, p. 460).

Radomsky (2015, p. 543) afirma que "a distinção traçada entre o poder soberano e o biopoder sugere que, se o soberano atuava pelo código 'fazer morrer, deixar viver' como modo de controle sobre vida e morte, o biopoder inverte os termos para 'fazer viver, deixar morrer". O fazer viver implica um poder pautado na normalização que não opera pela supressão dos sujeitos, mas por sua inclusão administrada (BRIGG, 2002). Isso posto, "normalizar é incluir por meio de um poder positivo que procura preservar a vida ao custo de uma população governamentalizada" (RADOMSKY, 2015, p. 543).

Ao preservar a vida dos moradores de Demanda, afastando-os dos riscos trazidos pela implantação da termelétrica, a Eneva, como agente do desenvolvimento, as inclui

também numa nova lógica de dominação orientada pela governança e tutela, redefinindo práticas e identidades.

Como afirma Ribeiro (2008), o desenvolvimento, por meio de projetos, tais como o em análise aqui, opera como um sistema de classificação. Ao que parece, esse processo de classificação não se limita apenas “a produzirem estereótipos úteis para sujeitar pessoas por meio de simplificações que justificam a indiferença à heterogeneidade” e que servem para justificar as iniciativas desenvolvimentista, tais como moderno/atrasado, desenvolvido/subdesenvolvido que “se referem, de forma estática ou dinâmica, a estados transientes ou a relacionamentos de subordinação”. Estereótipos nessa direção podem também “se tornar palavras-chave — tais como assistência, ajuda, doadores/recipientes, doadores/beneficiários — que claramente indicam, de forma pouco sutil, o desequilíbrio de poder entre duas séries de atores e legitimam a transformação de uma série deles em objetos de iniciativas de desenvolvimento” e de controle.

Magalhães (1992) observa que, no caso da construção de hidrelétricas – o que também pode ser observado no caso das termelétricas –, para a produção de um discurso de legitimação de suas intervenções uma das justificativas acionadas pelas empresas no âmbito do setor elétrico é considerarem a região onde se localizam o empreendimento hidrelétrico, ora como vazio demográfico, ora com reduzido nível de desenvolvimento socioeconômico, construindo uma legitimidade para a dominação exercida sobre as comunidades. Além disso, a aferição do reduzido “nível de desenvolvimento” é geralmente realizada através dos chamados “diagnósticos socioeconômicos” e de uma série de levantamentos “técnicos” que informam sobre a realidade social sob intervenção (MAGALHÃES, 1992, p. 27).

No que se refere a estes diagnósticos e à visão da realidade social que eles informam, Sigaud (1986, 1989) tem salientado o "desencontro" que se verifica entre o modo como a sociedade se organiza e a concepção que as empresas do setor elétrico têm desta sociedade, especialmente no que diz respeito à situação social de grupos camponeses. Concepção, ademais, eivada por uma visão de um Estado redentor e protagonista do desenvolvimento (MAGALHÃES, 1992, p. 27)

No caso da comunidade Demanda, a ênfase sobre o conteúdo do Termo de Adesão e suas promessas de reparação do nível de “subdesenvolvimento” contribuiu para uma aderência rápida e eficaz das famílias de Demanda. O conteúdo desse termo indicava que a empresa entregaria às famílias *beneficiárias* do Programa de

Reassentamento um lote com 3 hectares – tamanho mínimo exigido pelo INCRA para fracionamento de lotes de reassentamento –, acrescido da área de reserva legal; com unidades habitacionais com área padrão de 100 m², além de varanda e que contará ainda, com três dormitórios, saneamento básico, abastecimento de água potável encanada, energia elétrica, banheiro interno, espaço para lavagem de roupas e com o seguinte mobiliário: móveis para os quartos e sala, cozinha com fogão, geladeira e armários de casas, com todos os cômodos mobiliados, além de equipamentos sociais, como escola, duas igrejas, campo de futebol, área para comércio. “A comunidade acreditou no que eles diziam, porque todo mundo só quer o melhor e era isso que eles prometiam” (I.A.S quebradeira de coco babaçu).

A empresa se comprometeu, ainda, no Termo de Adesão, a apoiar a retomada das atividades agroextrativistas na chamada área anfitriã, aportando insumos, um trator para a Associação de Moradores de Demanda, apoio técnico de engenheiro agrônomo e auxílio à produção no valor de um salário mínimo federal por família cadastrada pelo prazo de 18 meses.

A partir do momento em que as famílias assinaram o termo as grandes questões, passaram a ser: a) o cadastro para fins de retirada das famílias e assentamento no novo local; b) o cronograma de construção das casas do novo local e a retirada das famílias; c) as compensações prometidas pelo empreendedor pelo atraso nesse cronograma, conforme aponta Paula Andrade (LAUDO ANTROPOLÓGICO, 2014).

Conforme já apontado, inicialmente o empreendedor usou como critério censitário as edificações que classificou como moradias, existentes no momento do cadastramento (julho 2011 e julho 2012), tivessem elas moradores dentro ou não. Nesse sentido, em termos gerais, o discurso acionado pelo setor elétrico expressa a visão dominante do território como recurso. Essa espécie de ‘utilitarismo explorador da natureza’ (Carvalho, 2001) se torna explícita por meio da sua estratégia territorial patrimonialista (VAINER; ARAUJO, 1990) a qual reduz a complexidade e a diversidade das formas locais de imaginação do território a um conjunto homogêneo de ‘propriedades’ ou ‘imóveis’ a serem removidos”. A tabela a seguir demonstra a quantidade de famílias que seriam *beneficiadas* de acordo com o primeiro cadastramento.

Tabela 2 - Atualização do cadastro das famílias pelo empreendedor

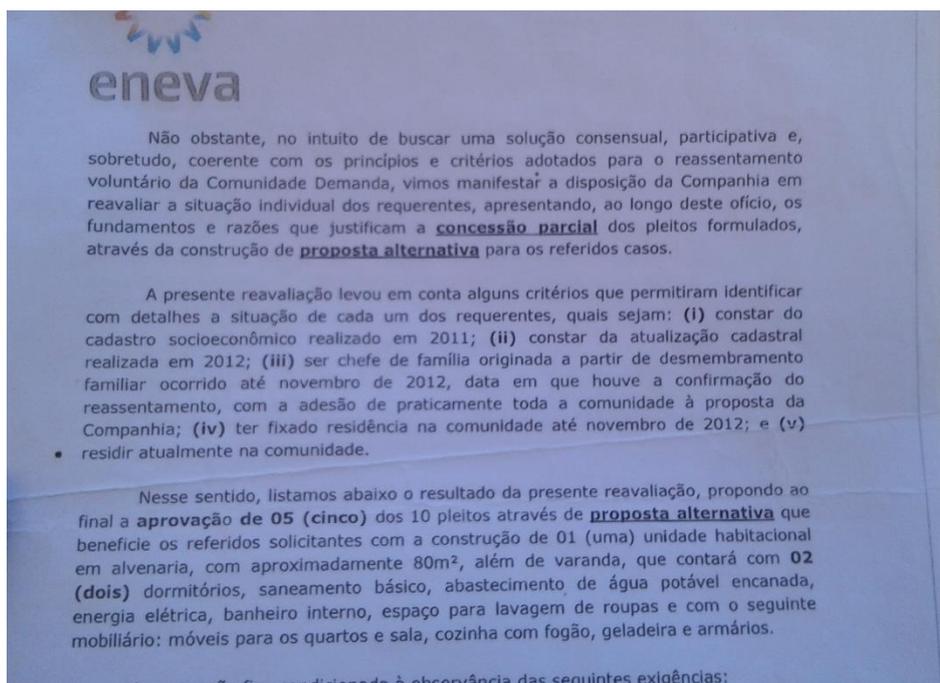
Atualização do Cadastro das Famílias pelo Empreendedor		
	Cadastro em julho de 2011	Atualização em Julho de 2012
Número de imóveis (Habitações)	56	59
Número de famílias	54	61
Imóveis em construção	01	05

Fonte: Laudo Antropológico.

Tendo a empresa descumprido o prazo para a entrega do novo local com a respectiva infraestrutura prometida, a comunidade começou a reivindicar a entrada de mais dez famílias no cadastramento de 2012 para fins do reassentamento no novo local. A empresa argumentava que, se o fizesse, então estabeleceriam um acordo para “congelar” o número de famílias a serem reassentadas com a inclusão dessas novas dez. No mesmo momento, mais seis famílias teriam passado a reivindicar a entrada também, o que daria o número de 16.

Nesse processo, várias famílias foram excluídas do Programa de Reassentamento e solicitaram, via Defensoria Pública, inclusão. Dez situações foram avaliadas pela MPX e somente cinco foram atendidas, porém com diferenciações em relação ao que fora acordado no Termo de Adesão. Os que foram contemplados receberiam unidades habitacionais menores, com 80 m² dentro do lote de seus pais sem os três hectares, com diferença de cômodos (dois dormitórios), mas com saneamento básico, abastecimento de água potável encanada, energia elétrica, banheiro interno, espaço para lavagem de roupas e com o seguinte mobiliário: móveis para os quartos e sala, cozinha com fogão, geladeira e armários. Como demonstra a imagem abaixo:

Figura 4 - Termo de Adesão com os critérios para inserção no cadastramento para o reassentamento



Fonte: foto tirada pela autora.

A promessa de reassentamento, inicialmente para janeiro de 2014 (vide documento MPX/ SYNERGIA, intitulado “Plano de Atendimento: reassentamento voluntário da comunidade da Demanda”, de 12/09/2012) foi alterada para o final do primeiro semestre de 2014, conforme relatada à SEMA. Segundo relatos dos entrevistados os trabalhadores da empresa afirmavam que na copa de 2014 todos os moradores estariam no novo lugar e assistiriam os jogos na TV nova que teriam. Veio a copa, mas não veio o reassentamento. O mesmo só foi possibilitado através da pressão dos moradores em articulação com mediadores como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Quando eles apresentaram o projeto disseram: olha na copa de 2014 todos vocês vão tá lá assistindo a copa em casa. Chegou 2014 e nada, chegou 2015 e nada (...) Diante de tudo isso eles não cumpriram, todo mundo começou a se revoltar. Chegou um ponto que a diretoria (da associação de moradores) teve que ir para São Luís atrás.

Mesmo assumindo que seria inviável para as famílias permanecerem no território em função dos efeitos nocivos da produção de gás, a ENEVA demorou cerca de 4 anos para realizar o reassentamento das famílias, contando a partir da assinatura do termo de adesão pelos moradores. Além disso, o mesmo não ocorreu sem pressão e enfrentamentos por parte das pessoas atingidas.

Entramos com uma ação na justiça. Porque já tinha passado o prazo. Ai teve várias audiências lá, depois disso o juiz deu um prazo para a empresa fazer as casas que foi seis meses. Agora as casas estão construídas, mas só saiu porque a associação pressionou (J. R.C, agricultor, Demanda).

A questão da quantidade de famílias que compõem o grupo dos beneficiários segue sendo um problema, mesmo após o reassentamento. Pois como dito anteriormente, apenas cinco requerentes foram atendidos pela empresa, além disso o número de pessoas que não foram beneficiadas aumentou, dada a demora da transferência para a nova área, bem como a constituição de novos arranjos familiares. Esse processo demonstra o processo de reafirmação da condição camponesa, por se considerarem membros legítimos da comunidade, por terem nascido e crescido em Demanda, por trabalharem-no lugar, terem seus parentes enterrados naquela localidade, independente se conseguiram construir casas na sede do município, se passaram uma temporada fora para trabalhar, ou para acompanhar seus entes, etc.

Em Abril de 2015, o Ministério Federal do Maranhão (MPF/MA) e o Ministério Público do Maranhão (MP/MA) por meio da 38ª promotoria de Justiça especializada em Conflitos Agrários propuseram Ação Civil pública contra a empresa ENEVA S.A. A ação visava garantir os direitos das comunidades tradicionais impactadas pela implantação da Termelétrica Parnaíba, em especial a Comunidade Demanda, e questionava a omissão da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na implementação das medidas de mitigação. O MPF e o MPMA exigiram da Eneva S.A., no prazo improrrogável de 180 dias, o reassentamento efetivo em condições adequadas de todas as famílias, além da inclusão em seus cadastros, no prazo de 30 dias, para os planos de reassentamento de todas as famílias efetivamente impactadas, sem qualquer tipo de discriminação, e a não restrição ao modo de vida das famílias enquanto não fosse realizado o reassentamento, assegurando-lhes a realização de benfeitorias necessárias em suas moradias e áreas produtivas e o direito de realizar livremente as suas atividades produtivas.

Após pressões, em meados de 2016 as famílias de Demanda foram finalmente reassentadas. Porém questões não resolvidas perduraram e novas problemáticas surgiram com a mudança para o novo lugar.

Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas, além disso as famílias reassentadas tiveram seus meios de subsistência prejudicados, pois o reassentamento

concentrou-se muito mais na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados.

5.1 Nova Demanda

Segundo informações obtidas no site da ENEVA S.A. o reassentamento voluntário das famílias de Demanda se deu nas seguintes condições:

Trata-se do deslocamento físico da Comunidade da Demanda, composta por 65 famílias, para um local escolhido por eles, com excelente localização e aptidão agrícola, facilidade de logística, mais distante do empreendimento e mais próximo da sede do município de Santo Antônio dos Lopes - MA. Possui efetiva reposição das condições reprodutivas do modo de vida local, garantindo-lhes meios de subsistência e melhoria das condições de vida.

O novo local foi denominado pela empresa de Nova Demanda e é dividido ao meio pela BR 135, construindo assim dois lados do mesmo território: Acesso A e Acesso B, termos que também foram cunhados pela empresa. Ao delimitar e nomear esse novo lugar, a ENEVA desconsidera nomeações anteriores utilizadas pelas famílias de Demanda e passa a operar a partir desse novos termos incidindo na conformação de novas identidades.

Figura 5 - Placa na BR 135 indicando a localização da comunidade Demanda



Fonte: Cássia Costa.

Embora o empreendedor afirme em seu site que o reassentamento foi realizado respeitando os laços de parentesco e vizinhança locais, a realidade social do lugar se mostrou completamente diferente. Segundo relatos dos moradores, a empresa definiu que a nova organização territorial se daria por meio dos chamados núcleos familiares, sendo valorizadas aquelas relações com caráter de consanguinidade “eles dividiram aqui por núcleo familiar. É assim que chama né? Tem gente que nem morava perto agora mora. Eles que decidiram assim” (J.R.C, morador, Demanda).

Nesse processo, foram destruídas relações de vizinhança já estabelecidas historicamente, unindo grupos de pessoas que apesar de serem da mesma família, não significa necessariamente que estabeleçam boas relações. Além disso, o espaço rural é socialmente construído pelas relações fundadas e ancoradas nos laços de parentesco, amizade e vizinhança (WOLF, 2003; WANDERLEY, 2000) que nem sempre coincidem com relações de sangue.

Figura 6 - Vista aérea de parte da comunidade Nova Demanda



Fonte: site da empresa Eneva S.A.

Assim, a família passa a ser o elemento no interior da comunidade que será o instrumento de controle (FOUCAULT, 2002).

A organização do reassentamento e a disposição das casas promoveram para aqueles atores, um distanciamento em várias dimensões, principalmente com os parentes mais próximos e com os vizinhos mais queridos. Existem casos de pessoas que moravam próximo de pais e irmãos e que com a nova organização ficou distante cerca de 8 quilômetros e de vizinhos que separados pela BR 135 passam meses sem se encontrarem.

Lá minha irmã era bem pertinho de mim, eu tinha minha mãe. Além da minha mãe morrer, pegaram minha irmã que morava *terreiro emendado* comigo, eu dava um grito e ela respondia, toda hora estava lá em casa. Aí colocaram ela numa distância de 2 quilômetros de mim.

Além disso, esse distanciamento é compreendido pelas famílias como impeditivo para práticas de cuidado com o outro e para a obtenção de informações referentes inclusive as negociações com a empresa.

O que eu acho daqui também é que ficou todo mundo distante, ninguém sabe o que se passa com o outro. Às vezes quase a gente não vê aquele pessoal que a gente tinha costume de ver (..) Antes a gente sempre via todo mundo (N.A.C, quebradeira de coco babaçu).

E é recorrente o estabelecimento de comparações com o antigo território.

Tem gente que eu nunca mais eu vi depois que eu cheguei aqui. Dizem que aqui é 8 quilômetros de povoado, eu nunca andei pra ver. Tem gente que eu nunca vi, tá com dois nãos que eu estou aqui. Porque lá (na antiga Demanda) era assim: quando a gente descia da BR e chegava no campo a gente já via todo mundo, porque a gente ia passando nas casas, nas portas via. E aqui a gente não vê o povo (I. A. S, quebradeira de coco babaçu).

Ainda no que diz respeito a organização do espaço, os moradores, sobretudo as crianças, que residem no Acesso A foram prejudicadas porque instituições tais como escola, igreja e centro comunitário onde ocorrem as reuniões ficaram concentrados no Acesso B. Assim, os moradores ficam expostos a riscos tendo em vista a grande movimentação de carros e motos na BR.

Eles disseram que nós não ia ficar lá porque ia prejudicar nossa saúde, por causa do cheiro do gás e do barulho. Só que o barulho não acabou, onde eles botaram a gente aqui tem muito barulho, não é da usina mas é dos carros a noite toda passando na BR. Tem gente que é ruim pra gente dormir (I. A. S, quebradeira de coco).

O deslocamento das famílias de Demanda e a conseqüente conformação do novo espaço, implicou em desmantelamentos identitários que vão além do que se pode esperar de um processo violento como esse. O caso do senhor J. V. M é emblemático para pensar essa questão. O agricultor de 74 anos nasceu e se criou na comunidade Demanda, que faz parte do município de Santo Antônio dos Lopes. Acontece que no processo de reassentamento a empresa construiu sua casa dentro de um terreno que nos registros cartoriais faz parte do território do município de Codó, localizado a cerca de 80 quilômetros da nova área. Além disso, a terra de cerca de 3 hectares, que cada família recebeu, no caso do senhor J. V. M se localiza na frente da sua residência, porém pertence a jurisdição de Capinzal do Norte, município próximo. Toda essa problemática tem causado, segundo o relato do agricultor, um *chafurdo* na cabeça referindo-se a desestabilização e incômodo emocionais causados com a situação.

Isso vem me desanimando muito, o terreno tá bem ai, esse aí da frente é Capinzal, bem aqui onde tô falando com a senhora é Codó. Isso ai me engrossou a cabeça demais (...) Eu passei agora numa reunião que tiveram ai, eu disse: mas eu lhe pedi muito pro senhor não fazer isso comigo. A minha propriedade é município de Santo Antônio dos Lopes, não de Codó. Ou que gostasse ou que não gostasse você tinha me agasalhado no terreno de Santo Antônio dos Lopes, que eu disse pro senhor. Eles disseram que não tem nada, que é só um negócio de registro, mas eu não quero assim. (...) Eu tava sossegadin lá, com meu registro, meus documentos tudo de um lugar, de

Santo Antônio dos Lopes. Aí fizeram essa bagaceira comigo, não gostei (J.V. M, morador, Demanda).

A situação vivenciada pelos moradores da comunidade Demanda marca a existência dos conflitos territoriais caracterizados “pela sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010, p. 23). Dessa forma, o processo de expropriação realizado pelos grandes empreendimentos, marcados pela “razão instrumental”, suplanta a “razão histórica” dos grupos afetados e impactados, instalando contendas territoriais (LITTLE, 2002, p. 21), que perpassam ainda pelo esfacelamento de identidades. Para o senhor J. V. M é inaceitável o que fizeram com ele, aludindo à condição de pertencimento a um lugar “pra morar em Codó, eu ia comprar uma casa lá. Eu só daqui do município de Santo Antônio dos Lopes, quero morrer é aqui no meu município”.

Dessa forma, deve-se notar que o controle burocrático é um componente essencial da organização do desenvolvimento. O desenvolvimento rural é uma espécie de política burocrática que tenta administrar e transformar o modo como a vida rural é concebida e organizada. (ESCOBAR, 2014).

Uma outra mudança sociocultural, após o reassentamento, foi a transformação da relação com a terra na nova área. Esta relação é agora definitivamente parcelar e privada, e o tamanho de 3 hectares não configura necessariamente uma segurança para a produção a longo prazo. Alguns trabalhadores mencionaram que o grau de fertilidade da terra não é tão bom quanto o da Demanda e se não tiverem acesso a outras técnicas e instrumentos de produção (que deveriam segundo o Plano de reassentamento está previsto pelo empreendedor), a terra será insuficiente.

Conforme os entrevistados, dependendo do número de membros por família, o tamanho estabelecido pelo empreendedor – que é o mínimo exigido pelo órgão fundiário para fracionamento – não contempla o cálculo econômico de produção para fins de alimentação de seus membros, bem como de seus animais, e para fins de venda ou troca da produção, além das demais necessidades.

5.2 A supressão das fontes de trabalho e a condição de beneficiário

Na comunidade Demanda é lugar comum o reconhecimento pelos camponeses que a construção da UTE inaugura outro período em suas vidas. A rigor, suas histórias

de vida são reportadas a dois períodos: antigamente e hoje. O antes da chegada da empresa e depois, pois o marco inicial se refere à construção da UTE Parnaíba. Na verdade, esse processo de instalação criou algumas temporalidades que têm em comum o fato da presença da empresa delimitar práticas e uma nova dinâmica no viver da comunidade.

Muitos estudos sobre o campesinato da Amazônia tratam sobre a transformação das relações sociais e as consequências dessas transformações para a reprodução social dos grupos camponeses. Em geral, trata-se de situações em que se verifica ameaças aos modos de vida historicamente construídos, seja porque incidem sobre os recursos ambientais, seja porque provocam alterações importantes na estrutura de relações sociais. Estas, apresentam em comum a produção de uma retórica sobre o passado em torno do qual os camponeses avaliam as transformações e as novas situações que se inauguram.

Na área que se localiza a *Nova Demanda* não há a incidência de coco babaçu em quantidade suficiente para garantir uma fonte de renda para as mulheres, principalmente.

Aqui tem muita palmeira, mas tudo é macho. Não produz. As mulheres vão direto pegar coco na antiga Demanda, a gente pede o caminhão do povo ou da prefeitura, a gente bota em cima e traz no carro, traz na moto (J. O. S, quebradeira de coco babaçu).

Como demonstra o relato acima, a alternativa encontrada tem sido se organizarem em grupos e buscarem coco babaçu na antiga localidade, enfrentando a resistência da empresa que após a retirada das famílias de Demanda, instalou um portão e só aceita entrada das pessoas mediante identificação. As famílias tornaram-se, assim, *outsiders* no território que até pouco tempo faziam parte “eles empatam da gente andar lá. Porque, como é que a gente entra lá por esse portão? E se eles pegar a gente lá? Tem câmera pra todo lado. Agora eu acho isso errado, eu nasci lá, agora é essa dificuldade pra entrar”.

Figura 7 - Portão instalado na entrada da comunidade Demanda



Fonte: foto tirada por jovem morador da comunidade.

Portanto, mais do que prejuízos econômicos para uma parcela da população que mantém sua reprodução física deste tipo de atividade, os danos neste caso também são contabilizados na esfera social e cultural, com o impedimento da reprodução dos modos de fazer e criar dessas populações tradicionais “pra mim era melhor se nós tivéssemos ficado lá mesmo. Porque lá eu sabia viver e aqui eu não sei não” (I. A. S, quebradeira de coco babaçu).

O que se conclui, por ora, é que os impedimentos criados pelo empreendedor à continuidade da principal atividade econômica das quebradeiras representa um duro golpe sobre a economia dessas famílias, levando-as a uma situação que traduzem dizendo “*estar vivendo porque Deus é bom*”. Compreende-se, assim, que esses grupos

estão experimentando, uma situação limite, no tocante à sua reprodução material e, portanto, social, como resultado dos impactos provocados pela implantação da UTE.

O trabalho de roçado comumente realizado pelos homens também segue sendo prejudicado pela falta de locais semelhantes aos que tinha na antiga localidade, onde trabalhavam como diaristas, limpando as chamadas *quintas*, trabalho conhecido como *roçar juquirá*. Sendo assim, as famílias estão sendo impedidas de dar continuidade às suas várias atividades econômicas e, portanto, afetadas diretamente em sua reprodução material “hoje a maioria do povo tá desempregado. Planta o arroz, o milho, mas a gente não vive só disso. Pra achar uma diária de serviço aqui é difícil” (I. A.S, quebradeira de coco babaçu).

A economia dessas famílias foi atingida duramente em todos os seus pilares – o extrativismo do babaçu, a venda de força de trabalho masculina a terceiros e também na implantação de roçados familiares, com repercussão extremamente negativa para a segurança alimentar desses grupos. Nesse sentido, “ao invés de funcionarem como focos difusores da modernidade e do progresso, como prometem coloridos prospectos, o reordenamento territorial resultante da construção destes grandes projetos tem sido acompanhado pela multiplicação de carências de toda ordem” (VAINER, 1993, p.184).

Além disso, a empresa segue impondo a obrigatoriedade às famílias de frequentar cursos e capacitações. Ao impor critérios como condição às quebradeiras de coco e aos agricultores para acessar valores financeiros da compensação, as famílias se submetiam a uma relação de dominação. O relato a seguir demonstra como a realização desses cursos responde apenas a estratégias técnicas para a implantação desse tipo de empreendimento, pois desconsideram a nova situação social das famílias impondo um curso de beneficiamento de babaçu numa área que não disponibiliza o fruto “aqui não tem coco, então não sei pra que esses cursos de coco. O curso era pra fazer quando era na Demanda. Fazer curso pra quebradeira de coco pra que aqui? Aqui não tem coco, aqui é difícil” (I.A.S, quebradeira de coco babaçu).

Desta forma, a renda das famílias de Demanda está sendo deteriorada e a autonomia econômica desses produtores totalmente cerceada. Neste sentido, é necessário lembrar que a renda dos camponeses ou agricultores familiares é um todo indivisível, resultado de uma complexa combinação entre trabalho feminino e masculino; entre pesca, caça, coleta, extrativismo, agricultura, pequena criação de animais. No caso de Demanda, tais atividades aconteciam via articulação entre agricultura em áreas arrendadas a terceiros, como salientado anteriormente; venda

sazonal da força de trabalho masculina em terras de fazendeiros vizinhos e o trabalho feminino no agroextrativismo. Atualmente, não fosse o recebimento do salário pago pela empresa previsto nas ações mitigação que acompanham o reassentamento, o grupo estaria completamente entregue à mais absoluta insegurança alimentar. A questão é que esse “benefício” se estenderá apenas por 18 meses o que causa incertezas quando a sobrevivência na nova área.

Com a casa, veio a terra e o salário que termina em Dezembro (...) No começo tinha uma ajuda, as quebradeiras de coco começaram a receber uma ajuda: 150, depois 200 reais por mês. Porque foi destruído onde elas trabalhavam, durante 4 meses, depois acabou. Mas era no começo que eles queriam pegar o povo. Agora não recebem nada nem tem onde quebrar coco (J. C. A, agricultor).

Outro morador relata que “eu sei que termina em Dezembro o salário que a gente recebe, eu não gosto nem de pensar de lá pra lá. (...) Muita gente tá dependendo desse salário. Não sei como vai ficar não, seja o que Deus quiser” (R. A. N, jovem agricultor).

Junta-se as problemáticas mencionadas o fato que a maioria das indenizações referentes aos plantios e construções indenizadas pela empresa estão atrasadas, dificultando a reorganização no novo lugar.

Eles entregaram no prazo de seis meses, só que tem muita coisa pendente. Ninguém tem documento de casa, de terra, de nada. A indenização dos plantios, quem tinha isso até agora não recebeu nenhum centavo, tudo tá pendente. Já estamos com um ano aqui (J. R. C, agricultor, Demanda).

Em grande medida, essas investidas de deslocamentos dos grupos sociais tradicionais, principalmente os do campo, para uso das suas reservas de matéria e energia e, por vezes, da sua força de trabalho liberada, geram sérias mudanças nos hábitos, costumes, modos e meios de vida daqueles que operam com lógicas de organização doméstica e da produção distintas do modelo imposto pelos empreendimentos industriais, logístico ou monocultores.

A mobilidade do capital desterritorializa, por um lado, ao promover deslocamentos compulsórios resultantes da implantação de inúmeros projetos de desenvolvimento. Por outro lado, ela também produz localizações especialmente visíveis na concretude das estruturas de exploração intensiva de recursos, as quais produzem como contrapartida a restrição de inúmeros grupos aos reassentamentos e seu

confinamento em espaços onde permanecem ainda mais vulnerabilizados e marginalizados. O controle sobre o potencial de mobilidade e dos fluxos coincide, nesses casos, com o controle sobre territórios e seus recursos (ZHOURI, 2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto sócio-histórico e territorial em que se instalou a Termelétrica Parnaíba, essa dissertação tinha como argumento inicial que com a instalação desse empreendimento se configura na região um novo processo de apropriação dos territórios tradicionais resultando em efeitos de dominação específicos do campo do desenvolvimento. O fato de ter acompanhado o desenrolar do processo que começa com a chegada da empresa MPX e termina com o deslocamento da comunidade Demanda pela empresa ENEVA possibilitou perceber fases diferentes desse processo de dominação.

Inicialmente se utilizando do discurso das benesses que poderiam ser trazidas com a instalação da UTE, a empresa joga com as necessidades advindas do não acesso a políticas públicas básicas pelos moradores da comunidade, e atribui a si o papel de desenvolver aquela localidade. Corroborando com essa estratégia está o processo de classificação social utilizado para pensar as relações sociais estabelecida (oposição atrasado x moderno). Contudo, há uma positividade em quem classifica, ou seja, a atribuição de atrasado é responsabilidade de quem se considera moderno. Assim, aqueles e aquelas que não se adequam ao padrão branco-ocidental da modernidade e, por conseguinte, da “civilização” tornam-se potencialmente alvos de um processo benevolente de desenvolvimento, como no caso em estudo.

O processo de licenciamento ambiental possibilitou perceber como o mesmo foi utilizado como instrumento técnico legitimado pelo conhecimento instrumental. As audiências públicas não consideravam os pontos de vista das pessoas afetadas e as visões e interesses pautados na existência legítima de outros modos de vida e projetos de apropriação dos territórios e das condições naturais eram desconsideradas em prol do conhecimento técnico. Eram os cientistas, empresários, técnicos e dirigentes de órgãos públicos que dominam as dinâmicas dos processos decisórios. As vozes dos moradores atingidos, política e economicamente fragilizados, encontravam enormes obstáculos para serem ouvidas nos debates, decisões e documentos.

Após a instalação do empreendimento a comunidade foi submetida a condições insalubres (pela presença do forte odor de gás e barulho das turbinas), além de começaram a viver sob um tempo orientado pelas normativas técnicas da empresa, que definiu a paralização da produção e reprodução social da comunidade.

O processo de administração dos direitos daquela comunidade é levado a cabo quando a empresa cria uma nova identidade, a de beneficiário, para os moradores locais e institui uma nova relação com a terra, mediada pela tutela da empresa ENEVA.

A condição básica para esta dinâmica territorial empresarial é a transformação do espaço em unidades de propriedades privadas que possam ser comercializadas como mercadorias, avaliadas pelo seu valor de troca e cada vez menos pelo seu valor do uso. Além disso, é preciso destacar o papel dos estados que, competindo entre si para atrair o capital externo, facilitam a aquisição de terrenos através da isenção de taxas e impostos ou disponibilizando terras públicas/devolutas para o setor privado, na forma de concessões com a finalidade de exercer determinadas atividades econômicas. Esta atitude é quase sempre justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego, como aponta a visão do estado do Maranhão sobre o empreendimento em análise aqui.

No decorrer deste trabalho, foi possível perceber que, num primeiro momento, a existência da comunidade é abstraída a partir do pressuposto do “vazio cultural”, num segundo momento ela é negada em razão de um desconhecimento da história da região e, por consequência, de um desconhecimento da própria constituição do campesinato; em seguida, frente ao imperativo prático de liberação da área para expansão do empreendimento e consequência ameaça à vidas das famílias, ela é transformada, ao que parece, em unidade de ocupação a ser adquirida mediante a compra dos direitos possessórios.

Assim, a problemática analisada evidencia um cenário no qual se apresentam contradições nas quais “as vítimas não só são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante” (ZHOURI, 2008, p. 105). Ou seja, é possível afirmar que o contexto de expropriação criado pela implantação do empreendimento evidencia também situações de injustiça ambiental, que “é o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (RBJA, 2001, p. 14)

Ferguson (1990) propõe que é preciso analisar o desenvolvimento para além de uma visão dualista que comumente ou o considera como uma tentativa humanitária para superar a pobreza ou como um instrumento poderoso de controle imperial e de classe. Para o autor o desenvolvimento precisa ser lido como um aparato, uma máquina que

produz subjetividade e reproduz a si mesmo, estendendo a máquina burocrática do desenvolvimento e tecnicando os problemas locais. O presente trabalho e sua consequente abordagem teórica permitiu analisar, nesse sentido, o desenvolvimento como um modo de pensamento e conhecimento sobre o mundo que para além de refletir a realidade, a constrói. Ou seja, como uma prática discursiva historicamente situada com intenções e efeitos concretos sobre as subjetividades, corpos e territórios (ESCOBAR, 2007; FERGUSON, 1990).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**, v. 20, n. 25, p. 30-35, 1996.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a proteção e o protecionismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, jan./abr. 2012.
- ANDRADE, Maristela de Paula. Impactos sociais e ambientais provocados pelo Complexo Parnaíba às populações tradicionais de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte-Maranhão. In: MARANHÃO. Comarca de Santo Antônio dos Lopes. Processo nº 5312016. Santo Antônio dos Lopes, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Orgs.) **Margarida Alves – Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/PEPIGRE, p. 123-149, 2006.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do Setor Elétrico. In: ZHOURI, Andréa (org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 219-238, 2011.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo de Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2007.
- BARRETO FILHO, Henyo T. Populações tradicionais: uma introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas – modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, p. 109-143, 2006.
- BAUER, Martin B.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BOLSTANSKI, Luc. Sociologia da Crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 03, p. 441-463, nov. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 8. ed. Campinas: Papiruous, 1996.
- BRIGG, Morgan. Post-development, Foucault and the colonisation metaphor. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 421-436, jun. 2002.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Marcelo; ANDRADE, Maristela; MESQUITA, Benjamin de. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. **Revista Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, jul./dez. 1996.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os deslocamentos como categoria de análise: o garimpo, lugar de se passar; a roça onde se fica e o babaçu nossa poupança**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2012.

CARVALHO, Silvanete Matos. **Remanescentes de quilombos - uma análise das relações de poder acionadas em torno de conflitos sociais de caráter étnico**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2001.

COSTA, Benedita de Cássia Ferreira. **Briga com poderosos – resistência camponesa face à expropriação por grandes projetos em Santo Antônio dos Lopes, MA**. São Luís. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Maranhão, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro; et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference: Place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo, Construcción y deconstrucción del desarrollo*. 1. ed. Fundacion Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e comopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Ed. Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal editora, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC). 2012.

LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e Equidade Ambiental. As racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Tucuruí, uma análise da visão do Estado sobre o camponato. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 8, n. 1, p. 25-64, 1992.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTAÑO, Marcelo. Planejamento às avessas: os descompassos da avaliação dos impactos sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco; COHN, Clarice. (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília, ABA, 2014.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PEREIRA, Paula Marize Nogueira. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: O caso da instalação de uma usina termelétrica**. Monografia do Curso de Serviço Social. São Luís: UFMA, 2010.

PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento "circular"? (Desenvolvimento e povos autóctones; paradoxos e alternativas). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008.

RADOMSKY, Guilherme. Biopolítica e desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, governo e violência. **Dados**, v. 58 p. 537-567, 2015.

RADOMSKY, Guilherme. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n 75, p. 149-193, 2011.

RADOMSKY, Guilherme. Pós-desenvolvimento, indicadores e culturas de auditoria: reflexões críticas sobre governança e desenvolvimento. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 2, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos**, São Paulo, n. 80, 2008.

RIST, Gilbert. **The history of development: from western origins to global faith**. 3. ed. London: Zed books, 2008.

ROCHA, Ednaldo Cândido; CANTO, Juliana Lorensi do; PEREIRA, Pollyanna Cardoso. Avaliação de Impactos Ambientais nos Países do Mercosul. **Ambiente & Sociedade**, v. 08, n. 02, jul./dez. 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. et al. **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. Amazônia e Modernidade: leitura da invasão, ocupação e incorporação da Amazônia no mundo moderno. **Revista Muiiraquitã**, v. 01, n. 01, p. 11-28, 2013.

SANTOS, Murilo. **Fronteiras – a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINER, Carlos Bernardo. A inserção regional dos grandes aproveitamentos hidrelétricos - uma discussão das posições emergentes no setor elétrico. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., 1991, Salvador, **Anais...** Salvador: Anpur; UFBA, 1993, p. 153-61.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme. **Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

WOLF, Eric. Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **Antropologia e Poder: as contribuições de Eric Wolf**. Brasília: UNB, 2003.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

ZHOURI, Andrea. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.